4. Capítulo 4

No segundo capítulo verificou-se a entrada de João do Rio na cena luso-brasileira. Percebemos como sua primeira viagem à Europa, iniciada em Lisboa, deu ensejo a uma amizade por aquela cidade e por intelectuais portugueses que lançaria sua carreira em uma nova fase. Ao unir a curiosidade do intelectual com a pena do cronista e do repórter investigativo, percebe como a relação entre o Brasil e Portugal ultrapassava questões restritas à negação ou à aceitação da herança cultural portuguesa, que no Brasil se desenrolava. Compreende a defesa do estreitamento de laços intelectuais entre as duas nações como exercício patriótico, pois vê nas semelhanças culturais, raciais e lingüísticas entre os dois povos as chaves para a afirmação da nacionalidade brasileira e a anulação das inseguranças que tanto abalavam a auto-estima nacional.

Inaugura essa aproximação transformando as crônicas resultantes da primeira (1908) e, posteriormente, da segunda passagem por Lisboa e o Porto (1910) no livro *Portugal d'agora* (1911). De cada percepção desenha um retrato escrito, conjugando o olhar ligeiro com a precisão cirúrgica características de um cronista talentoso e sagaz. Das visitas às casas de fado escreve a introdução de *Fados, canções e danças de Portugal*, que também lançará como fruto de sua primeira estadia no país.

Em *Portugal d'agora*, dedicado a João de Barros e a Manuel de Sousa Pinto, que apresentou os dois “Joões” em 1909, em Lisboa, exercita sua capacidade de olhar para o estrangeiro procurando pontes que estreitassem os laços de amizade e que apaziguassem as desavenças entre brasileiros e portugueses. Escreve com o intuito de promover o Brasil em Portugal e vice-versa, de ceifar o desconhecimento mútuo. Adota a lusofilia como atitude política, contrapondo-se aos que negavam a herança portuguesa e, por meio dessa negação, supunham alcançar a verdadeira e genuína brasilidade. Via nessa negação nada mais do que uma espécie de cegueira de parte da elite cultural, que irresponsavelmente atribuía a Portugal e aos portugueses a culpa pelo “descompasso” do Brasil frente aos países europeus desenvolvidos.

4.1.

A luta dos “Joões” pela aproximação luso-brasileira: nasce a *Atlântida*

Nesse mesmo momento, a simpatia pela aproximação luso-brasileira atrairá João do Rio e João de Barros, entre outros lusófilos,²⁷⁵ fazendo com que os dois, sob o patrocínio dos governos do Brasil e de Portugal, respectivamente, lancem uma revista cujo objetivo será estabelecer um elo literário entre as duas nações. A *Atlântida*, inaugurada em pleno conflito bélico mundial, em 15 de novembro de 1915, terá João do Rio como diretor no Rio de Janeiro e João de Barros como diretor em Lisboa.

O primeiro número da *Atlântida* traz na capa os dizeres que acompanhariam todas as edições, reforçando a binacionalidade da revista e, diretamente, a importância dada pelos governos do Brasil e de Portugal ao entrelaçamento literário: “Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil, sob o alto patrocínio de S. Exas. os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal”. Esses ministros eram Lauro Miller, do Brasil, e Augusto Soares e Manuel Monteiro, de Portugal. A revista contava com Pedro Bordallo Pinheiro, sobrinho do pintor Columbano, como editor, e com o trabalho do caricaturista Rafael Bordallo Pinheiro.²⁷⁶ Foram estabelecidos dois escritórios, um em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, 46, e outro no Rio, na Avenida Rio Branco 128.²⁷⁷ O número inaugural traz as boas-vindas dos ministros, que enaltecem os ideais elevados, o patriotismo dos editores e a importância da publicação para a aproximação intelectual e econômica entre o Brasil e Portugal.

O escritor Ribeiro Couto lembra como surgiu a idéia da criação da *Atlântida*, anos antes, ainda em 1909, e recorda o empenho de seus diretores pelo fim das mágoas e preconceitos que afastavam brasileiros e portugueses:

²⁷⁵ Fran Peixoto, em uma série de palestras sobre o Brasil realizadas na Universidade Livre de Lisboa, em 1923, fez uma extensa lista de lusófilos e brasilófilos; Emílio Gonçalves, no livro *Portugal (À margem do jacobinismo e da lusofobia)*, de 1925, igualmente listou diversos lusófilos; Arnaldo Saraiva também apontou os nomes que mais se distinguiram no campo da aproximação literária entre Portugal e o Brasil durante a segunda e terceira décadas do século XX. São eles, principalmente: João de Barros (1881-1960); João do Rio (1881-1921); Carlos Malheiro Dias (1875-1941); Correia Dias (1892-1935); Ronald de Carvalho (1893-1935); José Osório de Oliveira (1900-1964). *Apud* SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, pp. 89-96.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 305.

²⁷⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Op. cit.*, p. 248.

foi em 1909, em Lisboa, que Paulo Barreto se fez amigo de João de Barros e com ele insistiu por que fosse ao Brasil. A viagem só se realizou em 1912 (...) A *Atlântida*, que durou cinco anos, foi o primeiro largo capítulo nessa vida nova, instaurada por João de Barros e Paulo Barreto nas relações luso-brasileiras. O que se fez depois resulta desses primeiros impulsos, desse rasgar de horizontes, desse restabelecimento de compreensão afetiva da cultura comum, dessa verdadeira aproximação de espíritos de que a *Atlântida* foi o fluido animador e contagioso (...).²⁷⁸

O depoimento de Ribeiro Couto indica que a revista foi o primeiro episódio de uma “vida nova” para as relações luso-brasileiras, iniciada com o encontro de João do Rio e João de Barros em fevereiro de 1909, como inclusive afirmado no capítulo anterior. A idéia da criação de um periódico binacional é fruto deste evento, fato que Arnaldo Saraiva comprova pela carta de João do Rio a João de Barros²⁷⁹ em 12 de fevereiro do mesmo ano, quando o cronista brasileiro visitava Paris, após a passagem por Portugal, na primeira viagem à Europa.

Segundo Saraiva, “o projeto de uma tal revista devia-se, certamente, a Paulo Barreto (João do Rio), que na altura se encontrava em Portugal, e que para ele terá convocado não só a Lello mas também o seu amigo Manuel de Sousa Pinto e, logo que o conheceu, João de Barros”.²⁸⁰ A referência aos editores Lello constava na tal carta de João do Rio a João de Barros. Outra carta, esta de Manuel de Sousa Pinto a João de Barros, cerca de um mês depois, em 19 de março de 1909, cita o contato de Paulo Barreto com os Lello para a criação da revista, o que comprova a afirmação de Arnaldo Saraiva:

Caríssimo João,
Quanto à revista, preciso absolutamente de conferenciar previamente contigo. Saberás que temos de abrir as portas a todos: ao Júlio Dantas, ao Fialho. Está isso no plano do Paulo, e creio, sem virar a casaca, que é o único modo de ter artigos, divulgadores e público numeroso. Conversaremos os dois, e abordaremos de novo os Lellos.²⁸¹

A mensagem de João de Barros na edição inaugural de *Atlântida*, em 15 de novembro de 1915, lembra também que o encontro que resultaria na revista tinha

²⁷⁸ BARROS, João de. *Presença do Brasil: páginas escolhidas (1912-1946)*. Lisboa: Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1946, pp. XIX – XXXIV.

²⁷⁹ Anexo 1. Obs: as cartas de João do Rio a João de Barros serão publicadas na íntegra, ou como anexos da tese, pela importância destes documentos para a biografia do jornalista e a história das relações luso-brasileiras. Como a grafia de João do Rio não é de fácil compreensão, algumas frases estão incompletas, o que será observado em várias cartas.

²⁸⁰ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 136.

²⁸¹ AZEVEDO, Manuela de. *Op. cit.*, pp. 181-82.

suas raízes no ano de 1909, quando Paulo Barreto visitou Lisboa: “a idéia da publicação da *Atlântida* a ele se deve, fundamentalmente. Ela nos ligou logo do princípio; e desde essa época longínqua nunca mais nos abandonou. E, se chegamos um dia quase a desanimar de pô-la em prática, nunca foi por culpa nossa...”.²⁸² O editorial de João de Barros fala da motivação moral que o levou, e ao amigo João do Rio, a lançarem a revista: “Para que nem esse desconhecimento literário, nem o desconhecimento de qualquer outro fator de progresso e de melhoria intelectual ou social, continuem a existir, e a envergonhar-nos – é que nos abalançamos a publicar a *Atlântida*”.²⁸³

Na mesma edição, João do Rio esclarece as razões para a criação do periódico, lembrando que o continente mítico agiria como uma ponte submersa para a união entre os dois continentes, a América e a Europa, fazendo de Portugal e do Brasil duas partes de uma só raça. Suas palavras falam de sonho, felicidade, saber, abraço mental:

o sonho da Atlântida – A América não é Atlântida da lenda. Muitos, cientificamente, julgam que a Atlântida afundou; outros que nunca existiu. Para os poetas, expressões das raças, e para as raças, sonhadores coletivos, existiu sempre porém, e existe, e existirá. É o ideal, a hipnose da coragem; é a glória, é o triunfo, é o desejo que cada um tem de realizar-se, realizando. Os iberos vieram por ela e foram muito além plantar noutra continente a semente da energia, criando outros povos. E agora, sob o manto constelado do Equador, encontram-se as vontades de pais e filhos para a realização maravilhosa. Atlântida é a ilha onde está o pomo d’ouro da felicidade; Atlântida é a terra abstrata do conhecimento, do saber, da adivinhação; Atlântida é o elo dos sentimentos que se harmonizam à música onde as nove musas se debruçam para o sorriso da humanidade, o grande abraço mental entre a Europa e a América. (...) Serão felizes aqueles que compreenderem o espírito divino mantido através das eras na miragem da Atlântida; serão contentes os que tentarem a realização mental dessa obra que a torrente humana torna praticamente cada vez mais positiva, aqueles que se fizerem olhos e ouvidos e coração e cérebro, para sentir na ilha do diálogo de Platão, o desejo do entendimento dos continentes – Atlântida, grilhão que liga o querer unido das raças novas em marcha para o futuro, para a felicidade, para a perfeição.²⁸⁴

Nota-se que João de Barros e João do Rio definem a *Atlântida* como um projeto de aproximação luso-brasileira que proporcionaria o derradeiro e tão acalentado abraço mental entre as duas nações. Por outro lado, não fazem

²⁸² *Idem, ibidem*, p. 7.

²⁸³ BARROS, João de. *Atlântida*, Lisboa, vol. 1, ano 1, nº 1, pp. 8-9, 1915.

²⁸⁴ RIO, João do. *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar*. Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1916, pp. 231-32.

referência ao tempo levado para o lançamento – um interregno de seis anos – tampouco ao fato de a revista receber o patrocínio dos governos de Portugal e do Brasil em plena guerra, quando, certamente, angariar verba e colaboradores para uma publicação literária não devia ser tarefa das mais fáceis. Isso sem contar as dificuldades de comunicação em meio a um conflito bélico de proporções mundiais. Contudo, o “Prospecto” publicado na primeira edição da *Atlântida* dá algumas pistas que justificam um patrocínio de tal vulto.

Segundo o texto (assinado por “A Direção”), a Primeira Guerra Mundial fortalecia e legitimava a missão da *Atlântida*, a saber, aproximar os dois governos e criar uma parceria baseada na raça, na história e nas tradições comuns: “é, pois, esta a ocasião de se compreenderem mutuamente, de se estudarem, de se aproximarem uns dos outros, os povos que entre si possuem fortes comunidades de sentimento, afinidades de raça, semelhança de temperamento e de estrutura psíquica”.²⁸⁵ Diz ainda o “Prospecto”:

parece que chegamos a um instante único na história da Terra, em que se vão unir definitivamente, para uma ação de conjunto, os grupos humanos que têm entre si afinidades e relações, que só unidas e amalgamadas poderão produzir o máximo da sua força e do seu esplendor! Os pequenos esforços, os pequenos desejos, as pequenas ambições de cada uma das nacionalidades que talvez venham a compor uma futura e maior coletividade étnica ou social, fundir-se-ão num grande desejo, numa grande ambição, num esforço formidável – para maior brilho e utilidade da civilização do globo.²⁸⁶

Some-se a esse texto propagandístico, para auxiliar a compreensão da linha editorial da *Atlântida*, mais um trecho da carta de Manuel de Souza Pinto. Ela nos revela os pormenores da criação do periódico binacional, anos antes de sua inauguração, e indica que tal iniciativa demandava o envolvimento de seus editores não só com questões práticas, relativas à captação de colaboradores e à relação com os patrocinadores, mas também com as filigranas da política internacional que envolvia as duas nações.

há, porém, uma decisão deles, noticiada na tua carta, a que me não submeto. O do nosso ordenado começar com o 2º número.

Não aceito. Se quiserem têm que começar a pagar-me – como é justo – quando começar a trabalhar, porque de modo nenhum estou decidido a fazer enorme e

²⁸⁵ BARROS, João de, RIO, João do. “Prospecto”. In: *Atlântida*, Lisboa, vol. I, ano I, p. 91-93, 1915.

²⁸⁶ *Idem, ibidem.*

absorvente serviço de preparação sem ganhar vintém. Podes, se assim o entenderes, comunicar-lhes isto.

Devo dizer-te que não vou para a revista d'inteira vontade. Vou, porque vejo que é necessário que eu vá, e com sacrifício mais que provável de outros trabalhos talvez mais agradáveis. Já vês que não estou disposto a ceder os meus interesses a que os não carece.

Só entrarei, por conseguinte, desde o momento em que eles comecem a pagar. Não estou para trabalhar com força, a perder o meu tempo, e que por uma coisa ou outra a revista se malogre, e eu fique com a dolorosa glória de os ter servido desinteressadamente...

Creio que por teu lado te solidarizarás comigo nesta pretensão lembrando-te de que agora não vamos, como no bom tempo, fazer na nossa revista a nossa obra: vamos fazer a obra dos editores, principalmente. E como estou crente de que a revista feita nas bases que combinamos será um sucesso, é conveniente que logo d'entrada nos mostremos exigentes, para que os homens se não costumem a contar com o nosso *amor à arte* – que não vem para o caso.

Em todo o caso, sabes que nada me magoará que de outro modo procedas e só te peço que vejas nas palavras que aí ficam o acertadíssimo desejo de nos garantir a todos.

(...) É talvez conveniente que, dada a mudança de orientação, não misturemos a nossa velha e pura obra à nova obra mais tolerante. Em vez de *Arte & Vida*,²⁸⁷ poderemos dar outro nome à colossal revista. Lembrei-me de vários, que compendiassem Portugal e Brasil. Há um d'efeito: *ATLANTICA*. Gostas?²⁸⁸

O amigo de João de Barros e João do Rio é, sem dúvida, um escritor bastante atento à profissionalização do ofício. A clareza, a objetividade e a franqueza com que Manuel de Souza Pinto trata assuntos como o recebimento pela colaboração, a relação financeira com os editores, os meios de atrair o público leitor, a decisão de não trabalhar sem antes receber por cada linha escrita antecipa questões que já começavam a incomodar jornalistas e escritores. Para ele, o “amor à arte”, unicamente, já não convencia mais como argumento e motivação para o trabalho do profissional da literatura. Deixou claro também o quanto estava consciente de que a revista seria uma obra mais do interesse dos editores, ou dos patrocinadores, do que de seus editores. Assim, caberia a João de Barros e a João do Rio, como homens das letras, impor as exigências de seus pares, a fim de que não parecesse aos editores Lello que os colaboradores de *Atlântida* trabalhavam somente pela “dolorosa glória” de os servir “desinteressadamente”.

²⁸⁷ Percebe-se que Manuel de Sousa Pinto sugere ao amigo ressuscitar o título de *Arte e Vida*, revista literária editada por ambos, anos antes, em Portugal.

²⁸⁸ AZEVEDO, Manuela de. *Op. cit.*, pp. 181-82.

4.2.

***Atlântida*, o “abraço espiritual” e a política de lusitanização do Atlântico Sul**

O que interessa, por ora, é que esta carta e as linhas transcritas do “Prospecto” revelam mais sobre os objetivos programáticos da *Atlântida* do que propriamente os editoriais de seus diretores, no número inaugural. Observe-se, primeiramente, o nome pensado para a revista. A sugestão de *Atlântica* como síntese da relação entre o Brasil e Portugal não era apenas fruto de um rasgo poético: obviamente remete ao oceano que separa e liga as duas nações. Mas não somente isso. O nome também faz referência ao grandioso império marítimo e à campanha atlântica, ou à política lusitana do estado português, abordada no capítulo anterior.

Em meio a um conflito bélico mundial, em que se formavam impérios ultramarinos fortalecidos por possessões coloniais, e o domínio do Atlântico e das rotas marítimas significava poderio militar, econômico e comercial, a ponte cultural estabelecida por uma revista luso-brasileira ia ao encontro desse pensamento. A Primeira Guerra ocupou muitas páginas da revista, em que se lêem artigos e entrevistas, algumas feitas por João do Barros, sobre a atuação de Portugal no conflito mundial.

Por essa razão, o estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil tornou-se, naturalmente, um dos assuntos mais tratados nas páginas da *Atlântida*, até porque a guerra representava a oportunidade de novas parcerias entre estados e de novos eixos de poder e de progresso. Vale lembrar que a idéia de uma publicação literária que estreitasse as relações intelectuais entre o Brasil e Portugal era uma das propostas inscritas no “Acordo Luso-Brasileiro”, anunciado na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1909 (ano do encontro entre João do Rio e João de Barros) por Consiglieri Pedroso e citado por João do Rio em *Portugal d’agora*, como visto no capítulo anterior.

Um dos itens do projeto de Consiglieri Pedroso era a criação de uma revista literária. Vale lembrar o artigo 10º do “Acordo”: “Estudar a maneira de se fundar em qualquer das duas capitais, ou simultaneamente em ambas, uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira”. A *Atlântida* figuraria, assim, como o elo extraterritorial entre as duas nações, como projeto político baseado em “uma

história avessa a descontinuidades, pautada em uma geografia de sentimentos”.²⁸⁹ Por esse viés, a colaboração de escritores de ambos os lados do oceano em suas páginas e o estabelecimento de duas diretorias, uma em Portugal, outra no Brasil, religaria e fortaleceria o imaginário de Portugal como pátria imperial, agora mais do que nunca aliada à sua “outra banda”, jovem e robusta.

O patrocínio dos governos das duas repúblicas deixa claro que a aproximação entre Portugal e o Brasil, em meio à guerra, interessava a ambos os lados. Isso está inclusive comprovado no “Prospecto”, no qual os diretores explicitam que a guerra dava mais legitimidade à missão da revista: “As circunstâncias especialíssimas criadas pela guerra européia determinaram um irresistível movimento de solidariedade entre aqueles países e aqueles povos que vivem d’um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário”.²⁹⁰ Como se pode observar no estudo de Rita Correia sobre a *Atlântida*, a Primeira Guerra pode inclusive ter impulsionado o lançamento da revista, tanto que o conflito ocupou diversas páginas de suas edições. Segundo ela,

a participação de Portugal na grande guerra, e as suas relações com o Brasil nesse contexto, merecem mesmo algumas edições especiais da *Atlântida*, nomeadamente um suplemento ao nº 5, onde se publica a nota entregue pelo Ministro da Alemanha em Lisboa, declarando guerra a Portugal, e a declaração de resposta do governo português, lida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sessão de 10 de março de 1916; entrevistas com o Presidente da República, Bernardino Machado, e com o Ministro da Guerra, general Norton de Matos, no nº 10, e com os Ministros das Finanças, Afonso Costa, e dos Negócios estrangeiros, Augusto Soares, no nº 11; o suplemento ao nº 21, totalmente dedicado à participação das mulheres no conflito (...).²⁹¹

A análise do conteúdo de *Atlântida* também permite observar a participação menos constante de João do Rio do que a de seu amigo português. João do Rio publicou na *Atlântida* somente os contos “Que pena ser só ladrão” e “A honestidade de Etelvina, amante”; o texto, em francês, “Portugal e Brasil” (nº 25, 15/11/1917), o artigo “O estadista brasileiro Rodrigues Alves” (nº 6, 15/04/1916) e o texto “Carta do Brasil, relações luso-brasileiras” assinado por

²⁸⁹ PAIVA, Janise de Sousa. “Atlânticamente *Atlântida*: em busca de mares já navegados”. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlacs. Convergência Lusíada*, nº 18. Revista do Real Gabinete Português de Leitura, 2001, pp. 187-194.

²⁹⁰ BARROS, João de, RIO, João do. “Prospecto”. *Atlântida*, Lisboa, vol. I, ano I, p. 94, 1915..

²⁹¹ CORREIA, Rita. Ficha da *Atlântida*. In: www.hemerotecadigital.cm.pt.

João d'Além, na seção Revista do Mês (nº 15, 15/01/1917); a crônica “Uma mulher turca e o paraíso de Mahomet” (nº 37, 1919) e a conferência “Portugal e Brasil”, realizada no Teatro Nacional de Lisboa, em 7 de junho de 1919 (nº 40, 07/1919), em favor da Confederação Luso-Brasileira.

No período de circulação da *Atlântida*, João do Rio trabalhou nos periódicos cariocas *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Rua*, na *Revista da Semana*, escreveu e encenou peças de teatro, lançou livros de crônicas e o romance epistolar *A correspondência de uma estação de cura*, o livro de contos *A mulher e os espelhos* e fundou, em 1920, o jornal *A Pátria*. Em 1918 foi à Europa cobrir a Conferência da Paz, em Versalhes, após a I Guerra, para o jornal *O Paiz*.²⁹² A pouco expressiva colaboração dele na *Atlântida*, entretanto, não significa que estivesse indiferente à aproximação com Portugal, ou ao desempenho da república portuguesa no cenário mundial. Pelo contrário. Nas páginas de *O Paiz* escreverá diversas reportagens sobre Portugal na guerra e a Revolta de Monsanto, em Lisboa,²⁹³ inseridas nas séries “A revolução monárquica em Portugal” e “Portugal depois da guerra”, publicadas no segundo volume de *Na conferência da paz*. Anos antes, em 1916, chegou a apoiar a entrada de Portugal no conflito: “Os germanos! A luta é exatamente a eterna luta dos germanos querendo dominar o mundo por todos os meios, dos germanos tão guerreiros e tão unidos na campanha industrial e comercial como nas avançadas lamentáveis sobre territórios neutros”.²⁹⁴

A distância, o trabalho excessivo nos jornais cariocas, a criação de peças teatrais tornavam o jornalista brasileiro um diretor menos participativo, sem dúvida. As cartas ao poeta denotam que havia cobrança de João de Barros pela pouca atuação do autor de *Portugal d'agora* na revista luso-brasileira. João do Rio publicou artigos na *Atlântida* e se esforçou para angariar a colaboração de colegas e verbas, mas o fato de estar no Brasil atrapalhava o andamento do trabalho, ainda mais em período de guerra e em que as correspondências eram

²⁹² Renato Cordeiro Gomes, no livro *João do Rio, vielas do vício, ruas da graça*, descreve, cronologicamente, a vida do jornalista, de forma clara e resumida. A partir daí é possível sugerir que o excesso de trabalho e a produção volumosa do jornalista tenham ocasionado sua participação restrita na *Atlântida*, ainda mais em um tempo em que não havia os recursos eletrônicos de que dispomos hoje.

²⁹³ Revolta monárquica impetrada por juntas militares favoráveis à restauração da monarquia em Portugal. Na noite de 22 para 23 de janeiro de 1919, unidades militares monárquicas e vários civis deslocam-se para o Forte de Monsanto. Resistem até às 17 horas do dia 24. A reação dos republicanos em Lisboa foi fulminante. Segue-se a chamada *escalada de Monsanto*, com a vitória dos republicanos.

²⁹⁴ RIO, João do. “Portugal na guerra”. *O Paiz*, p. 1, 11/03/1916.

transportadas em navios ou remetidas por telégrafo.²⁹⁵ Nota-se inclusive que a revista publicou menos textos de escritores brasileiros do que de portugueses.

Segundo Arnaldo Saraiva, a cultura portuguesa não só marcou bastante a primeira edição de *Atlântida*, como se acentuou nos números seguintes, o que desnudará o desequilíbrio provavelmente causado pelo fato de a revista ser editada em Portugal, ou por alguma dificuldade da parte de João do Rio em participar ativamente do esforço conjunto. A insatisfação de João de Barros com o amigo fica latente na carta que o brasileiro envia ao poeta português, desculpando-se e justificando-se pelas dificuldades na obtenção de colaboradores brasileiros.²⁹⁶

João do Rio faz referência também aos poucos recursos financeiros de que dispunha, deixando claro como importava para ele a opinião de João de Barros sobre suas atitudes, denotando a amizade sincera que os unia.²⁹⁷ Tal situação, como também o período histórico no qual a revista circulava, fez com que a *Atlântida*, a princípio mensal, sofresse falhas na periodicidade, o que ocasionou edições que suprimiam a referência ao mês e até ao ano, ou números duplos (edições 29-30; 33-34; 35-36; 42-43; 44-45; 46-47) em uma mesma edição, com o objetivo de regularizar a circulação do periódico.

Arnaldo Saraiva realiza um estudo bastante interessante sobre a *Atlântida* e outras revistas luso-brasileiras.²⁹⁸ De acordo com ele, a *Atlântida* não “inaugurou” a aproximação luso-brasileira no segmento das revistas literárias, mas certamente lutou para manter vivos os laços culturais entre portugueses e brasileiros. Contudo, absteve-se da modernidade, pois não abriu as portas a todos, como era o plano de Paulo Barreto, mencionado na carta de Manuel de Sousa Pinto a João de Barros. Para o crítico, a revista era eclética, com algum verniz modernista, mas cedia excessivamente ao academismo.

Naquele momento, e isso a *Atlântida* refletia, havia uma sincera intenção, em ambos os lados do Atlântico, de estreitar laços entre brasileiros e portugueses no campo literário e na imprensa. Comprovam a assertiva as revistas culturais e os almanaques informativos que conjugavam informações de interesse tanto de

²⁹⁵ Anexo 2.

²⁹⁶ Anexo 3.

²⁹⁷ Anexo 4.

²⁹⁸ Arnaldo Saraiva aponta como revistas luso-brasileiras, entre outras, *A Águia*, fundada no Porto em 1910 e editada até 1932; *Atlântida*, *Orpheu*, *A Rajada* e *Terra de Sol*. *Op. cit.*

Portugal como do Brasil e colaborações literárias, que nessas publicações ocupavam lugar de relevo. Segundo Arnaldo Saraiva,

quase no final do século XIX fundara-se em Lisboa a revista *Brasil-Portugal*, dirigida por Augusto de Castilho, Jaime Vitor e Lorjó Tavares.

Lembremos que a *Ilustração Brasileira*, aparecida em Paris em 1901, se propusera apresentar nas suas páginas ‘produções absolutamente inéditas’ dos mais ‘eminentes escritores’ das ‘literaturas brasileira e portuguesa, irmãs de leite’; ou que *A Águia* se empenhou, pelo menos desde 1912, numa tarefa ‘de expansão e intercâmbio’ cultural entre as duas nações; e raras eram as revistas que não traziam indicado o preço de uma assinatura para o Brasil.²⁹⁹

Surgida no ano da *Orpheu*, porém meses depois (a *Orpheu* foi inaugurada em março) *Atlântida* ignora Pessoa, Sá-Carneiro, Almada Negreiros e só uma vez contou com a colaboração de Montalvor e António Ferro. Também desconheceu os modernistas brasileiros, como Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Jorge de Lima. “*Orpheu*, mais do que uma revista de novos, era uma revista de vanguarda, como *Atlântida* nunca seria em nenhum dos seus muitos números”.³⁰⁰ Da mesma forma, a revista não abordou a onda lusófoba que assolava o Rio, evidente não só nas páginas de *Gil Blás* e *Brasiléia*, mas também nos programas das associações políticas nacionalistas brasileiras que pregavam claramente a lusofobia. Para Saraiva, nas páginas da *Atlântida*

tinham passado dezenas e dezenas de escritores, de diversas tendências e de diversa qualidade ideológica ou estética, como Bilac, Maul, João Luso, Antonio Torres, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Afrânio Peixoto, Mansueto Bernardi, Hermes Fontes, Tristão de Ataíde, Teófilo Braga, Teixeira de Queirós, Antonio Patrício, Jaime Cortesão, Carlos Malheiro Dias, Afonso Lopes Vieira, Julio Dantas, etc. Mas também havia muito de negativo a apontar no balanço da *Atlântida*. O espaço reservado a colaboradores medíocres foi sempre excessivo; a sobrevalorização de escritores acadêmicos ou literariamente conservadores, e a desvalorização dos novos ou dos renovadores até quase ao silêncio foi uma constante.³⁰¹

A opinião de Saraiva, que faz um balanço negativo da *Atlântida*, deixa ver a crítica ao periódico de João do Rio e João de Barros, considerado para ele esteticamente conservador, pois não faz qualquer movimento de aproximação com os autores modernistas. Para Saraiva a *Atlântida*, luso-brasileira, talvez até mais

²⁹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 135; 103-104.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 104-105; 144-45.

³⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 144.

lusitana do que brasileira, foi pouco ousada, apresentando uma pequena mudança somente em 1919, quando Graça Aranha assumiu o cargo de diretor em Paris, com o objetivo de transformar o periódico em um “órgão do pensamento latino no mundo luso-brasileiro”³⁰². Antes disso, em 15 de novembro de 1917, a revista tornara-se bilíngüe (português/francês), certamente com o mesmo objetivo. João do Rio continuava como diretor no Brasil, João de Barros em Portugal e Graça Aranha ocuparia agora o posto na França. A título de inauguração, o autor de *Canaã* escreve: “Sendo português o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do Brasil é de ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano”.³⁰³

Mas os problemas financeiros continuavam, fato comprovado por uma carta de Graça Aranha a João de Barros em que, segundo Manuela de Azevedo, o primeiro acusava o administrador da revista Pedro Bordallo Pinheiro de amadorismo e inércia, causa das dificuldades financeiras da *Atlântida*.³⁰⁴ Para Manuela de Azevedo, Graça Aranha não só se esforçou bastante pela revista, como angariou a colaboração de importantes nomes para a publicação, como o do acadêmico francês Barrés, do chefe do partido socialista Viviani e do italiano Ferrero, sociólogo e historiador.³⁰⁵ Graça Aranha desabafa com o amigo João de Barros em carta enviada de Paris, em 8/10/1919:

não tenho mais ânimo para angariar novos colaboradores, e não sei o que responder aos que iniciaram os seus trabalhos e que me perguntam se os devem continuar. Não penso me comprometer a pedir prorrogação da subvenção oficial do Governo Francês, nem obter outras de particulares e nem mesmo dar impulso à publicidade paga. Tudo me parece incerto e vacilante. Se a *Atlântida* não pode aparecer regularmente, se não pode remunerar dignamente a sua colaboração estrangeira, se ela desiste de ser um órgão de vastas aspirações para se limitar a ser uma revista pequena, de horizonte restrito e puramente lusitano, como me pareceu entrever no número de junho, eu pergunto a mim mesmo se a minha tentativa não está terminada, e se a minha pseudo-direção pode subsistir.³⁰⁶

A edição de “horizonte restrito” e “puramente lusitano” é a de número 39, na qual colaboraram os portugueses Carlos Malheiro Dias, Julio Dantas, João de Deus Ramos, Bento Mantua, Vergílio Correia, Mario Salgueiro, Manuel de Sousa

³⁰² AZEVEDO, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d, p. 290-91.

³⁰³ ARANHA, Graça. *Atlântida*, Lisboa, nº 37, 1919.

³⁰⁴ *Idem, ibidem*, nota da autora citando uma carta não transcrita.

³⁰⁵ *Idem, ibidem*.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*.

Pinto e Nuno Simões, entre outros; na mesma edição aparecem dois artigos publicados em francês, de M. Prozor e D. L. Stéfanovitch. Sem dúvida, a preocupação de Graça Aranha com a lusitanização da revista estava fundamentada.³⁰⁷ Inclusive, é possível observar várias edições de *Atlântida* com esse mesmo perfil. Por exemplo, a edição de número 25, em que a revista torna-se bilíngue, em 15 de novembro de 1917, é toda voltada para a atuação de Portugal no conflito bélico. A revista traz artigos como “Portugal e a guerra”; “Portugal e os aliados”; “O povo português é que fez o seu exército”; “A marinha de guerra portuguesa e a Alemanha”; “O domínio colonial português”; “A colônia portuguesa no Brasil e a guerra”, entre outros.

Esse último, em especial, escrito pelo português João de Sousa Lage, proprietário do jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, defende o estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal contra a dominação alemã não só no campo internacional, da política externa, mas também internamente, na economia urbana. O texto fala da importância de se combater os alemães no terreno comercial e industrial com as mesmas armas utilizadas por eles para reduzir a hegemonia do comércio português no Rio de Janeiro. Uma dessas estratégias seria a fundação de um banco português no Brasil para o recolhimento dos depósitos das casas portuguesas que, naquele momento, recorriam aos bancos alemães estabelecidos na praça do Rio para realizar estas operações. Argumenta que somente com tal espírito de organização a colônia portuguesa poderia voltar a deter o poder e a influência de outrora. Assim, devia-se lutar

para que o comércio português fique definitivamente organizado e em condições de combater o comércio alemão e reconquistar a posição que já teve no Brasil, de que foi expoliado pela concorrência inteligente dos alemães, dirigida e fortemente amparada pelo governo do kaiser, não só com os intuitos lícitos da expansão econômica do império, mas com os propósitos, agora desvendados, de implantar a hegemonia política.³⁰⁸

³⁰⁷ Curioso é que a *Atlântida* foi acusada de agir como agente desnacionalizador em Portugal. A edição nº 44-45, de 1920, traz o seguinte editorial: “tem a *Atlântida* sido acusada de exercer uma influência desnacionalizadora em Portugal. A colaboração estrangeira, aqui publicada, só pode ser de benéficos efeitos para a nossa cultura geral, dados os nomes que a subscrevem. E não vemos bem em que possa ser prejudicial à vida intelectual portuguesa a nossa tentativa de fazer confraternizar literariamente nações tão irmanadas à nossa, pelo espírito, pela sensibilidade e pela educação. Contribuímos assim para uma comparação, inevitável, é certo, entre o gênio português e o gênio d’outros povos latinos – comparação que, sendo em nosso favor, só poderá aumentar o nosso orgulho patriótico; e que, sendo em nosso desfavor, só poderá estimular-nos pelo bom exemplo alheio”. *Atlântida*, Lisboa, ano 5, nº 44-45, p. 4, 1920.

³⁰⁸ LAGE, João de Sousa. *Atlântida*, Lisboa, ano 3, nº 25, pp. 231-233, 15/11/1917.

Nesse mesmo diapasão, é possível observar nas páginas da *Atlântida* outras colaborações em que se avalia a atuação da colônia portuguesa no Brasil e a importância de seu fortalecimento, não só no que tange à atividade econômica e à interferência na política brasileira, mas também no campo das influências culturais. Confirma a assertiva o artigo de Alberto de Oliveira, cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro:

o problema do aperfeiçoamento das relações luso-brasileiras tem sido encarado quase exclusivamente nos seus imediatos aspectos políticos e econômicos, e a essa circunstância pode talvez atribuir-se que dos seus exames se alheassem os pensadores e os poetas, a quem antes de mais ninguém cabia dirigi-lo. (...) O prodígio da reprodução da nossa personalidade e da conservação da nossa língua, a tão imensa distância de nós e em tão imenso território, tem de impor-se aos mais altos espíritos como uma prova atual, flagrante, da vitalidade da nossa raça. (...) Como se explica que em tão pequeno número de portugueses cultos tenha acordado o desejo de ir ao Brasil estudar o fenômeno maravilhoso da nossa reprodução transatlântica. (...) Essa nação foi feita por nós, mas não está ainda tão sólida nem tão completa que não corra o risco de vir a ser desfeita por outros, se a nossa cooperação lhe faltar ou se desvalorizar. É neste sentido que eu digo que o Brasil, politicamente emancipado e independente, nem por isso deixou de ser nosso filho; nem por isso deixou de ser *nosso*. (...) O nosso mais poderoso rival, neste aspecto das nossas relações, é Paris. É a tentação parisiense que afasta de nós tantos brasileiros que por aqui passam, esquecidos de que Portugal é o Brasil europeu como o Brasil e o Portugal americano.³⁰⁹

Nota-se também que nas páginas da publicação não faltaram propostas para a aproximação entre o Brasil e Portugal no âmbito artístico e literário. Ao longo de seus 48 números, diversos colaboradores se pronunciaram sobre os meios de estreitar laços neste sentido. Dentre as proposições vê-se a criação de uma “Convenção literária com o Brasil” (nº 5, 15/03/1916), sugerida por Matos Cid para regulamentar a propriedade artística e literária, de forma a garantir aos literatos, cientistas e artistas das duas nações direitos e deveres para a publicação e a reprodução de suas obras nos dois lados do Atlântico. Essa convenção aperfeiçoava os termos da Declaração sobre propriedade artística, assinada em setembro de 1889, no Rio de Janeiro.

São igualmente recorrentes, em todas as edições, artigos sobre literatura, música, artes e as mais diversas manifestações da cultura brasileira e portuguesa. Lêem-se inclusive sugestões do pintor Navarro da Costa para uma aproximação artística entre Portugal e o Brasil segundo as regras da Sociedade Nacional de

³⁰⁹ OLIVEIRA, Alberto de. *Atlântida*, Lisboa, ano 1, nº 1, pp. 195-204, 15/01/1916.

Belas Artes de Lisboa. Esta entidade chegou a organizar uma assembléia entre os sócios para debater o tema e João de Barros opinou sobre o assunto, apoiando a iniciativa da Sociedade de Belas Artes portuguesa por considerá-la um passo decisivo para a aproximação, não só artística, mas também intelectual e social entre as duas nacionalidades. “Penso, com efeito penso firmemente que a resolução da Sociedade Nacional de Belas Artes, permitindo que os artistas brasileiros a ela pertençam com as mesmas garantias e direitos dos artistas portugueses, é um passo decisivo para uma aproximação”.³¹⁰

Outra iniciativa veiculada na *Atlântida* na edição nº 5 (15/03/1916) foi a da criação de uma cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, proposta pelo diretor da Faculdade de Letras, Queiroz Veloso. De fato, essa idéia havia sido pela primeira vez levada a público por Alberto de Oliveira, em palestra na Academia de Ciências de Lisboa, em 1915. Entre outros aspectos, propunha-se que a cadeira fosse regida por um professor brasileiro que ministraria aulas sobre história política, geografia, literatura e arte brasileiras.

Aprovada a lei, em 12 de junho de 1916,³¹¹ a escolha do primeiro professor recaiu sobre o sociólogo Miguel Calmon, autor da Lei de Povoamento do Solo, de 1907, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que, impedido pela guerra, não pode assumir o posto. Foram lembrados os nomes de Graça Aranha e de Manuel de Sousa Pinto, mas a cadeira seria aberta somente em 1923, pelo diplomata e historiador Oliveira Lima. Contudo, Manuel de Sousa Pinto é que asseguraria a ocupação regular do cargo até a sua morte, em 1934. Observe-se o que foi publicado sobre a palestra de Alberto de Oliveira no *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*, na sessão de 2 de novembro de 1915, na qual o cônsul propõe a idéia:

não pode negar-se que as relações luso-brasileiras, no terreno intelectual, têm sido descuradas. Se é certo que no Brasil todos os nossos livros de valor têm público certo e que os mais importantes jornais brasileiros procuram a colaboração dos escritores portugueses, é igualmente certo que muitos escritores notáveis do país irmão são aqui desconhecidos, que os seus livros não aparecem nas livrarias e que não há atualmente um único jornal português onde escreva regularmente qualquer dos grandes homens de letras ou jornalistas do Brasil. No

³¹⁰ BARROS, João de. *Atlântida*, Lisboa, ano 3, nº 28, pp. 437-439, 15/02/1918.

³¹¹ Segundo Ângela Bonifácio Vitor, o ato legislativo de criação da cadeira não a abriu de fato, pelo fato de não estar integrada no plano regular de estudos da Faculdade de Letras de Lisboa e de se pensar que só um brasileiro estaria apto a ocupá-la. VITOR, Ângela Bonifácio. “Sentido do Atlântico em João de Barros”. In: *Convergência Lusíada*, 18, número especial, 2001, p. 49.

entanto o Brasil continua a ser um prolongamento, não apenas econômico, mas também intelectual e moral, do nosso território. Basta a comunidade da língua para nos assegurar essa situação. *Nesta mesma ordem de idéias o orador comunica à Academia que é seu intento aproveitar a sua estada em Lisboa para recomendar aos poderes públicos a necessidade da criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras, numa das nossas Faculdades de Letras.*³¹²

Na edição de nº 15 da *Atlântida*, de 15/01/1917, João do Rio publica, na seção “Revista do Mês”, uma “Carta do Brasil – Relações luso-brasileiras” sob o pseudônimo de João d’Além. No texto, apóia a criação da cadeira de Estudos Brasileiros e o nome de Miguel Calmon, pois entende a proposta como estratégia para fortalecer as relações intelectuais e comerciais entre as duas nações e dirimir o desconhecimento mútuo que dificultava esse estreitamento (para estimulá-lo sugere, inclusive, que além do curso de estudos brasileiros fossem elevadas à categoria de embaixadas as representações diplomáticas do Brasil e de Portugal localizadas em ambas as nações). “Trá o ilustre professor brasileiro desfazendo certas lendas que em Portugal ainda existem sobre nós e contribuirá também forçosamente para uma maior aproximação intelectual e econômica em revelando aos portugueses o nosso estado mental”³¹³, diz ele. Meses antes escrevera uma crônica na coluna “Pall-Mall Rio”, de *O Paiz*, sobre a inclusão da cadeira na Faculdade de Letras: “O curso de estudos brasileiros é bom para nós e é absolutamente necessário para Portugal – para o futuro de Portugal, que fatalmente será ainda mais ligado ao Brasil que o Portugal de agora começa a ser”.³¹⁴

4.3. Luso-brasilidade e exaltação de sentimentos nacionais portugueses

Na edição nº 10, o presidente de Portugal, Bernardino Machado, reforçou a importância da criação da cadeira de Estudos Brasileiros tratando-a – supomos pelo título dado ao artigo – como o primeiro episódio na escalada de Portugal

³¹² CORREIA, Rita. Ficha da *Atlântida*. In: www.hemerotecadigital.cm.pt. pp. 6-9.

³¹³ D’ALÉM, João. “Carta do Brasil – Relações luso-brasileiras”. *Atlântida*, Lisboa, ano 2, nº 15, p. 217, 15/01/1917.

³¹⁴ JOSÉ, José Antonio. “Pall-Mall Rio”. *O Paiz*, 23/06/1916, p. 2.

rumo à conquista de uma posição mundial então perdida. Assim nomeou o artigo:

“O renascimento português I – Brasil e Portugal”:

a consonância das instituições políticas deve ser acompanhada do mais harmônico intercâmbio dos nossos interesses econômicos. Estabelecemos para isso consulados em todos os estados mais prósperos do Brasil. E, por todos eles, organizamos Câmaras Portuguesas de Comércio. Associados assim, intimamente, os portugueses no Brasil, e ligados às suas autoridades pelas nossas, resta que o Oceano, que nos separa, volte outra vez a ser nosso pela navegação e que os portos de Portugal sejam o entreposto do comércio brasileiro na Europa, como, reciprocamente, os portos do Brasil o sejam do comércio de Portugal com a América do Sul. (...) Breve, inauguraremos a nossa carreira de navegação para o Brasil; e tudo já auspícia o mais largo desenvolvimento ao Porto Franco do Brasil em Lisboa. Não basta, porém, tratar só do intercâmbio material. Portugal e Brasil devem atrair-se também intimamente pelo comércio intelectual. E o que o Brasil sente, pensa e faz, é inseparável do nosso próprio desenvolvimento espiritual. Tudo isso constitui o patrimônio comum da nossa raça. Para o estudar acabamos de criar em Lisboa a cátedra de Estudos Brasileiros, com um programa vasto e cuidado.³¹⁵

Pode-se perceber que há a preocupação em se estabelecer o intercâmbio entre instituições políticas, interesses econômicos e comércio intelectual, para usarmos as palavras de Bernardino Machado, a fim de que “o oceano volte a ser nosso pela navegação”. Para isso, o estado português já havia estabelecido consulados em todos os estados brasileiros mais prósperos economicamente e neles organizado Câmaras Portuguesas de Comércio, restando aos portugueses do Brasil associar-se intimamente, cada vez mais. Como parte da estratégia de expansão de Portugal, faltava o estreitamento não apenas comercial com o Brasil, mas também intelectual, a fim de que fosse apreendido o que o Brasil “sente, pensa e faz”. A cátedra de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras teria esse objetivo. Por essa razão, como afirma Janise Paiva, o Portugal da *Atlântida*, conjunção de terra e mar,

será um Portugal que, remetendo-se ao Brasil, nem por isso deixará de regressar à própria terra que o descobriu. Recebendo como legado um Portugal recém saído de um período monárquico que chega ao século XX um dos mais analfabetos, mais incultos, mais pobres e mais endividados países da Europa, caberia à República, inspirada na Renascença Portuguesa – movimento cultural de ressurreição nacional (...) – fazer renascer o Portugal do tempo das descobertas marítimas. Tudo se passa patrioticamente neste período. Paisagens, educação e arte giram em torno da reestruturação de Portugal num cenário de guerra. Difundido na escola e na família, o amor à Pátria será assim um meio de propagar

³¹⁵ MACHADO, Bernardino. “O renascimento português I – Brasil e Portugal”. *Atlântida*, Lisboa, ano 1, nº 10, pp. 904-5, 15/08/1916.

a ideologia nacional. Será neste cenário de exaltação de sentimentos nacionais portugueses que a luso-brasilidade da revista se desenvolverá e se perderá.³¹⁶

Nesse sentido, vale ser retomada mais uma vez a questão da “campanha atlântica” do estado português. A visão mítica de Portugal sobre si mesmo, o discurso imperial que fazia crepitar a chama da “política lusitana”, do pan-lusitanismo, de disseminação do gene da raça nas terras as quais o português havia alcançado, remete ao que Boaventura de Sousa Santos classifica de “excesso mítico da interpretação sobre a sociedade portuguesa”, que acomete Portugal a partir do século XVII, início da repressão ideológica, da estagnação científica e do obscurantismo cultural ocasionados pela Inquisição. Isso se explica, segundo ele, pelo fato de as elites culturais de raiz literária serem reduzidas em número e estarem quase sempre afastadas das áreas de decisão das políticas educacionais e culturais.

Segundo Boaventura, a consequência dessa marginalidade social é que essas elites tornaram-se irresponsáveis, em outras palavras, “puderam dizer tudo impunemente sobre Portugal e os portugueses e transformar o que foi dito, numa dada geração ou conjuntura, na “realidade social” sobre a qual se pode discorrer na geração ou na conjuntura seguinte”.³¹⁷ O próprio João do Rio será um crítico desse pensamento, como deixou claro no depoimento sobre os Vencidos da Vida, a Geração de 70, na conferência realizada no Teatro Nacional de Lisboa, em 1919, publicada na *Atlântida* e recolhida no livro *Adiante!*, a qual ainda será abordada.

Por esse viés, o discurso imperial português naquele início de século, reverberando esse “excesso mítico” de que fala Boaventura, ganhou reforço em diversos artigos publicados nas páginas da *Atlântida*, onde o Brasil figurava como representante eminente da raça e da tradição gloriosa de Portugal. Por exemplo, a partir da quarta edição a revista passou a trazer a público os relatórios dos cônsules de Portugal em diversos estados brasileiros, contendo informações sobre as trocas comerciais com o Brasil e os números da importação de produtos portugueses nesses estados.

Como ficou claro no artigo do presidente Bernardino Machado transcrito acima, naquele momento era latente a preocupação de Portugal com a

³¹⁶ PAIVA, Janise de Sousa. *Op. cit.*, pp. 189-190.

³¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 54.

representatividade de seus produtos no mercado brasileiro, em face da concorrência alemã, norte-americana, italiana e espanhola, principalmente; como também havia a intenção de se concentrar no porto de Lisboa as trocas comerciais do Brasil com outras nações européias, como foi mencionado por Moreira Telles, nas três obras deste jornalista analisadas no capítulo anterior. Por essa razão talvez, o conteúdo programático da *Atlântida* não tenha conseguido ir além “das convenções e das razões econômicas e políticas que motivam a sua luso-brasilidade evocada”, como salienta Janise Paiva.³¹⁸

Para confirmar a assertiva, veja-se o artigo em apoio à fundação, em Lisboa, de uma Câmara Brasileira de Comércio e Indústria; no mesmo texto propõe-se a criação de uma carreira de navegação portuguesa para o Brasil, iniciativa também comentada por Moreira Telles, em 1913, como citado anteriormente. O artigo, escrito provavelmente por João de Barros, que pela primeira vez aborda tais assuntos na revista, foi publicado na oitava edição, na seção “Notícias e Comentários”, sem indicação de autor, com perfil de editorial:

por iniciativa do novo cônsul do Brasil, Sr. Dr. Morais Barros, fundar-se-á, brevemente, em Lisboa uma Câmara Brasileira de Comércio e Indústria, com o fim de desenvolver o intercâmbio comercial de Portugal e Brasil. Como consequência de uma tal medida, virão as facilidades dos dois governos, e o seu mútuo auxílio, para o estabelecimento da carreira de navegação portuguesa para o Brasil. Esta aspiração da colônia portuguesa das Terras de Santa Cruz tem de ser transformada em realidade, neste momento difícil da vida dos dois países, porque os governos respectivos não podem ignorar quanto sofre o comércio luso-brasileiro com esta falta imperdoável, - para não dizermos criminosa. A revista *Atlântida*, que, desde a sua fundação, sempre tem pugnado pelo estreitamento das relações luso-brasileiras, coloca-se incondicionalmente ao lado dos portugueses e brasileiros que conseguirem levar avante tão patriótica idéia, - seguro alicerce de maiores empresas em épocas futuras.³¹⁹

Torna-se importante ressaltar que nesse período, como apontado no capítulo anterior, não só a colônia portuguesa do Rio de Janeiro predominava financeiramente na economia urbana da capital, como também a balança comercial brasileira pendia consideravelmente para Portugal, uma vez que os produtos portugueses entravam no país em volume superior às exportações brasileiras para Portugal, e mesmo às mercadorias de outros países com os quais o Brasil realizava trocas comerciais. Essa preponderância e relevo angariavam para

³¹⁸ PAIVA, Janise de Sousa. *Op. cit.*, p. 192.

³¹⁹ *Atlântida*, Lisboa, ano 1, nº 8, 15/06/1916.

a colônia portuguesa a antipatia dos que defendiam os interesses nacionais e o afastamento do Brasil de Portugal, pela via da nacionalização do comércio, da indústria e mesmo do teatro.

Com relação ao conteúdo programático, a breve apreciação dos artigos aqui reunidos sugere que a abordagem de temas caros a uma parte da elite cultural portuguesa – interessada em estreitar os laços entre as duas nações mantendo a relevância de Portugal no Brasil – levou seus editores a apontarem a luso-brasilidade como um renascer da terra portuguesa. Como afirma Janise de Sousa Paiva, só mesmo a revista “parece acreditar que para melhor aproximar Brasil e Portugal deve, quase que exclusivamente, apresentar Portugal ressaltando suas particularidades e riquezas nacionais. *Atlântida* será uma divulgação algo panfletária de Portugal, aquém e além mar”.³²⁰

Nesse sentido, é importante ressaltar que a manutenção de laços afins entre as duas nações pelo viés da língua, da raça e das tradições comuns e, sobretudo, pela divulgação de depoimentos favoráveis à criação de acordos comerciais (tema largamente abordado na publicação), interessava mais a Portugal do que ao Brasil. Afinal, o Brasil era uma nação grande e com possibilidades concretas de crescimento econômico, principalmente pela extensão do território nacional, cuja dimensão representava possibilidades efetivas de exploração agrícola. Quanto ao comércio exterior, era clara a preocupação de Portugal com a concorrência entre as mercadorias brasileiras e as produzidas nas colônias portuguesas na África, com destaque para o cacau, o café e a borracha. Essas questões foram inclusive trazidas à discussão por João do Rio, em entrevista concedida a ele pelo economista português Freire de Andrade, membro da delegação portuguesa na Conferência da Paz:

- Acho a aproximação necessária. A questão é sempre tão discutida por uma série de razões que, ao contrário do que pensam, são motivo para a aproximação.
- A primeira é a desconfiança dos governos portugueses. Todos os estadistas falam.
- A segunda é a semelhança de produtos do Brasil e das colônias portuguesas.
- Lealmente, em vez de frases vagas, devemos dizer que um tratado de comércio era mais útil a Portugal que ao Brasil. O Brasil, país de grande futuro e pujança, tem seguido uma política comercial em que se defende dos tratados. Mas nós, portugueses, não podemos ir tratar esse assunto na ilusão de que os estadistas brasileiros vão nos fazer vantagens inutilmente, ou mesmo quebrando a sua linha político-comercial. O tratado – a que se prendem a nosso favor os mercados

³²⁰ PAIVA, Janise de Sousa. *Op. cit.*, p. 190.

consumidores das correntes emigratórias, deve ser conduzido nesta fórmula: - que o Brasil, da mesma raça, com a mesma história, com a mesma língua, *não dê a outros aquilo que não nos possa dar* (grifo do autor).

- V. Ex. parece ter encontrado a fórmula.

- É fácil de compreender. Assim, em compensação, deveríamos dar ao Brasil uma situação privilegiada no porto franco de Lisboa. O Brasil, com um entreposto para todo o Mediterrâneo, servido pela cabotagem, e para todo o Atlântico norte – ganharia muito. Nós, porém, ganharíamos imenso.³²¹

Freire de Andrade fala do receio dos governos portugueses com a concorrência das mercadorias brasileiras frente às africanas no mercado internacional, e admite as vantagens de um tratado de comércio para Portugal, ressaltando que o Brasil se defendia de tratados internacionais por temer desvantagens comerciais na disputa por mercados consumidores. Nesse mesmo período, a emigração portuguesa para o Brasil era fator decisivo de saldos positivos na balança de pagamentos de Portugal, que mantinha superávits com as remessas monetárias dos portugueses residente no além mar, para a mãe-pátria. Como afirma Miriam Halpern Pereira: “de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituía um instrumento de monetarização da vida rural e um estímulo ao investimento na construção, como exercera papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial”.³²² É pertinente ressaltar que a emigração portuguesa para o Brasil sofreu dois grandes surtos no início do século XX: de 1912-1913 e nos pós-guerra, de 1918-1920.

Nessa mesma ocasião, João de Barros publicou na *Atlântida* um artigo em apoio às palavras de Freire de Andrade. No texto, propunha que o Brasil e Portugal fixassem o preço do cacau, a fim de que a produção brasileira e a portuguesa, que correspondiam a 50% da produção mundial do fruto, dominassem o mercado. Sugeriu que o mesmo fosse feito com o café e a borracha – ainda que o volume do plantio e colheita dessas mercadorias em Angola fosse menor do que o volume da produção do Brasil: “Ambas as preocupações, a do desenvolvimento das nossas colônias, e a da aproximação com o Brasil (...) provam que entre nós se compreende, enfim, o direito que nos pertence a um valioso quinhão no domínio do Atlântico Sul”.³²³

³²¹ RIO, João do. *Na conferência da paz III. Algumas figuras do momento*. Rio de Janeiro: Villas-Boas & C, 1920, pp. 183-89.

³²² PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*, p. 43.

³²³ BARROS, João de. “Portugal, o Brasil e as colônias portuguesas”. *Atlântida*, Lisboa, nº 40, pp. 498-99, julho de 1919.

4.4.

O inquérito da discórdia, a Confederação Luso-brasileira

Outro exemplo do que é possível considerar como “equivoco” contudístico da *Atlântida* (pois nesse período se acirravam as perseguições aos portugueses no Brasil e o debate sobre a questão nacional) foi o inquérito organizado por João de Barros e publicado nas edições de número 20, 21, 22, 23, 25, 26 e 40 sobre a viabilidade da Confederação Luso-Brasileira. Foram consultados nesse inquérito Bettencourt Rodrigues, Henrique Lopes de Mendonça, Jaime de Magalhães Lima, Alberto de Oliveira, Nunes Ribeiro e Pinto da Rocha. João do Rio e João de Barros também se pronunciaram a favor da Confederação em artigos publicados na revista. O tema ganhou tanto vulto, que chegou a repercutir negativamente na imprensa do Rio de Janeiro, sobretudo nas páginas de *Gil Blás* e *Brasiléia*.

O artigo que traz pela primeira vez a proposta na *Atlântida* foi assim intitulado: “Será possível uma nova e grande Lusitânia?”. Com esta indagação, a revista deu ensejo, na edição de 20 de junho de 1917, a uma entrevista com o médico e escritor português Antonio Maria de Bettencourt Rodrigues, sócio da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que veio a ser ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (1926-1928). O texto trazia os argumentos de Rodrigues para a criação da Confederação Luso-Brasileira, uma proposta que propugnava fundir as duas repúblicas federativas em um único bloco étnico, lingüístico, econômico, político e comercial.

A idéia era criar um governo central comandado por integrantes do poder executivo, ou por uma comissão de representantes de Portugal e do Brasil, mas que assegurasse a soberania externa e interna das duas nações. O subtítulo da entrevista apontava, de antemão, o parecer dos editores da *Atlântida*. A Confederação Luso-Brasileira era, para eles, “uma idéia a defender”. Para reforçá-la, a revista publicou, nas edições seguintes, entrevistas com juristas, políticos, militares, economistas e homens de letras sobre a viabilidade e as vantagens da confederação, para brasileiros e portugueses. João de Barros conta como se deu o convite a Bettencourt Rodrigues:

foi numa das reuniões do Comitê França-Portugal e, portanto, numa atmosfera bem latina, que o Dr. Bettencourt Rodrigues, respondendo à minha insistência em lhe pedir algumas páginas para a *Atlântida*, me disse: - Olhe, há uma idéia que a sua revista devia expor e defender, idéia que muito interessa o futuro do Brasil, e o nosso: - a necessidade de criar e organizar a confederação luso-brasileira. Se quiser ouvir-me a esse respeito, estou às suas ordens. Aceitei logo, e com verdadeira alegria, o generoso oferecimento.³²⁴

A idéia de uma confederação constituída por Portugal e o Brasil não era recente. O próprio Bettencourt Rodrigues, em 1923, reuniria as contribuições de vários pensadores sobre o mesmo tema – até então divulgadas em brochuras, em discursos e no inquérito da *Atlântida* – no livro *Uma Confederação Luso-Brasileira, fatos, opiniões e alvitres*. Nessa compilação, destaca os episódios que, a partir de 1908,³²⁵ sedimentaram as relações entre Portugal e o Brasil no século XX, o que chamou de “cronologia do luso-brasilismo”.

Rodrigues aponta como eventos que marcaram essa cronologia a conferência de Silvio Romero “O elemento português no Brasil”, em 1902, no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro; a oferta de Coelho de Carvalho, à Academia de Ciências de Lisboa, de uma cópia da carta de D. Luiz da Cunha, em junho de 1909; a proposta do “Acordo Luso-Brasileiro” de Consiglieri Pedroso, em novembro do mesmo ano; a homenagem a Olavo Bilac em Lisboa, em 1916, na qual Coelho de Carvalho propõe que das duas nações, Brasil e Portugal, se fizesse uma “família lusitana”; as palavras de Alberto de Oliveira que, nessa mesma sessão, sugere que a visita de Bilac corroborasse o estreitamento de laços intelectuais; o artigo de Fialho de Almeida, nesse mesmo período, intitulado “Pela Galiza”, no qual propõe uma confederação formada por Portugal, Brasil e Galiza, separadas apenas por um “rio chamado Atlântico, que elas sulcariam pelos barcos do seu tráfego e os frenesis da sua ação”.³²⁶

Segundo Bettencourt Rodrigues, no livro que lançaria seis anos depois da entrevista a João de Barros publicada na *Atlântida*, durante e mesmo após a

³²⁴ BARROS, João de. “Uma idéia a defender: a Confederação Luso-Brasileira”. *Atlântida*, nº 20, 20/06/1916.

³²⁵ Como explicado no capítulo anterior, foi verificado na Academia de Ciências de Lisboa que esta data está equivocada. A oferta da cópia de carta de D. Luiz da Cunha por Coelho de Carvalho deu-se em 1909.

³²⁶ RODRIGUES, Bettencourt. *Uma Confederação Luso-Brasileira: fatos, opiniões, alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923, pp. 81-92. Como afirmamos no capítulo anterior, Bettencourt Rodrigues aponta como o primeiro ato do luso-brasilismo a entrega da carta de D. Luiz da Cunha à Academia de Ciências de Lisboa, por Coelho de Carvalho, em 1908. Constatamos que esse fato ocorreu em 1909.

Primeira Guerra Mundial havia a tendência para o agrupamento de povos, estados e nacionalidades sob uma só bandeira, tendo como base o território, a raça, a língua ou interesses econômicos comuns. Essa tendência, confirmada pela formação de aglomerados internacionais operados por anglo-saxões, germânicos e eslavos, impulsionaria o desaparecimento das “pequenas” nacionalidades em curto espaço de tempo. “E assim é que, acautelando o futuro, a Inglaterra desde já se esforça em manter a unidade do Império britânico, por forma a torná-lo econômica, comercial e industrialmente independente de todas as outras nações do mundo”.³²⁷ Continua ele:

o que vejo é a expansão colonial da Inglaterra e da França; o despertar do Japão para a civilização moderna e o seu latente imperialismo; a hegemonia que os Estados Unidos se propõem exercer sobre o continente americano; o pan-germanismo da Alemanha, o pan-eslavismo da Rússia e o pan-iberismo da Espanha.³²⁸

Na acepção de Rodrigues, tais evidências confirmavam a importância da Confederação Luso-Brasileira, mormente numa hora em que se jogavam os destinos das nações e das diferentes raças em busca de bases para novos agrupamentos. Por esse viés, a reconquista e o fortalecimento do Atlântico Sul como um “mar lusitano” tornava-se essencial para a política imperialista portuguesa. Além disso, era uma questão de orgulho nacional, como mesmo constatou o historiador A. H. de Oliveira Marques: “a mobilização de uma ampla corrente de opinião pública em apoio à política imperialista não teve outro fundamento”.³²⁹ A argumentação de Bettencourt Rodrigues a favor da Confederação apoiava-se também no viés territorial do pan-lusitanismo. Afinal, segundo ele, de um lado se via “numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia portuguesa de Angola; e, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como entreposto comercial dos produtos de Portugal e do Brasil, o porto de Lisboa”.³³⁰ Completa Rodrigues:

³²⁷ *Idem, ibidem*, p. 96.

³²⁸ *Idem, ibidem*, p. 95.

³²⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p. 523.

³³⁰ RODRIGUES, Bettencourt. *Op. cit.*, pp. 93-94.

e assim constituído, com sólidos pontos de apoio em todos os vastos territórios onde se fala a língua portuguesa, o grande Império Lusitano, estendendo a sua influência e a sua ação a todos os continentes, pesaria enfim sobre os destinos da humanidade como uma grande força civilizadora. É certo que para a solução do problema muitas são as dificuldades, e a maior de todas é a de encontrar a fórmula constitucional e jurídica que, sem suscetibilizar os justificados brios dos dois povos, consiga enfim resolver o problema da sua completa unificação. É um problema para estudo e que se não pode levantar – convenho – duma maneira definitiva, sem previamente se saber como esta idéia será acolhida no Brasil, onde, aliás, já conta com um grande número de valiosos adeptos, como os conta também em Portugal, em diferentes classes e *élites*.³³¹

No dizer de Rodrigues, a confederação composta pelo Brasil, Portugal e suas colônias africanas, constituída juridicamente, se ocuparia de garantir a unificação sem afetar a autonomia política das duas nações. No aspecto econômico, permitiria a livre entrada dos produtos portugueses no mercado brasileiro e também o fim das barreiras fiscais nos portos portugueses aos produtos de exportação do Brasil, como estratégia para fazer do porto de Lisboa o grande empório do comércio brasileiro e mesmo de toda a América do Sul na Europa.

ora, para garantir o seu livre tráfico sobre o mar, precisa o Brasil exercer, com o Portugal de Angola, um verdadeiro condomínio sobre o Atlântico-Sul e ter escalonadas, ao longo das suas linhas de navegação, que, a meio caminho, são as mesmas que as portuguesas, excelentes bases navais e seguros pontos de apoio, como são Cabo Verde, Açores e Madeira. E estes só Portugal, nenhuma outra nação lhos poderá fornecer. Para Portugal seria uma condição de rejuvenescimento e mais garantias para a manutenção do nosso atual domínio colonial.³³²

Para Bettencourt Rodrigues, a constituição da Confederação Luso-Brasileira permitiria que todos os povos de língua portuguesa – Brasil, Portugal e colônias – formassem um grande e poderoso Império, destinado a ser um dia o refúgio da civilização latina, com sua bandeira tremulando em todos os mares e continentes.³³³ O argumento de Rodrigues reforça a concepção de que, para os defensores da ‘política lusitana’, a unidade lingüística era também uma estratégia de expansão imperial. Afinal, entre os séculos XVI e XVIII o alargamento do Império Colonial havia feito da língua portuguesa ‘língua franca’ nos portos da

³³¹ *Idem, ibidem*, p. 99.

³³² *Idem, ibidem*, p. 209-210-211-212.

³³³ *Idem, ibidem*.

Índia e do Sudeste Asiático e o idioma mais falado em toda a costa africana.³³⁴

Diz Bettencourt Rodrigues:

essa aliança política das duas pátrias seria a única profícua e perdurável, porque, antes de existir em tratados já a impõe a identidade da raça e a unidade da língua. Alianças perpétuas entre nações que não sejam germinação duma só família nunca são de confiança absoluta para todos os cidadãos aliados.³³⁵

Para ele, a Confederação Luso-Brasileira faria de Portugal e do Brasil – unificados, passariam a chamar-se “Repúblicas Unidas de Portugal e Brasil”³³⁶ – uma das mais formidáveis potências mundiais e garantiria para Portugal a plena posse e integridade do domínio colonial. Essa união simbolizava a arregimentação de interesses não só de ordem comercial e marítima (linhas de navegação, portos de abrigo e abastecimento), mas também de segurança e defesa (pontos de apoio e bases navais).³³⁷ Dessa forma, caso as colônias africanas manifestassem o desejo de independência com condições de se governarem, a solidez da confederação luso-brasileira as impulsionaria a optar pela união, pela associação com outros tantos Estados autônomos e no mesmo pé de igualdade que Portugal e o Brasil. Assim, segundo ele, a confederação poderia, finalmente, assumir seu derradeiro feitio, unificando as nações de língua portuguesa.

As opiniões de Bettencourt Rodrigues foram compartilhadas pelo advogado brasileiro Aldo de Cavalcanti Mello, que considerava a confraternização entre o Brasil e Portugal, por meio dessa união, essencial em um conflito bélico. No livro em que elabora um esboço de construção jurídica para a Confederação Luso-Brasileira, afirma que a composição de um superorganismo composto pelos estados e prefeituras brasileiras, províncias e colônias de Portugal, em nada afetaria a estrutura íntima de cada estado, regidas a partir daí por um tratado internacional. Além disso, abatidas as barreiras alfandegárias, Portugal e o Brasil passariam a consumir o que em cada nação se produzia segundo as necessidades internas de ambas. Completa o advogado: “a soma das duas esquadras e dos dois exércitos, ligados para a defesa, nas guerras externas, poria a

³³⁴ FREIXO, Adriano de. *Entre o Atlântico e a Europa: o fim do Império e a redefinição do papel de Portugal no sistema-mundo. Convergência Lusíada*, nº 21, 2005, p. 21.

³³⁵ RODRIGUES, Bettencourt. *Atlântida*, nº 20, p. 663.

³³⁶ *Idem, ibidem*, p. 664.

³³⁷ RODRIGUES, Bettencourt. *Op. cit.*, p. 217.

Confederação a salvo de qualquer invasão ou imposição estrangeira (...) e as hegemonias preponderantes das raças loiras no concerto das grandes nações”.³³⁸

O jornalista brasileiro Medeiros e Albuquerque chegou a sugerir uma constituição para a Confederação Luso-Brasileira. Em entrevista ao *Estado de São Paulo*, em 17 de julho de 1919, transcrita no livro de Bettencourt Rodrigues, defende que as duas nações confederadas guardassem sua absoluta independência interna; propõe que os presidentes das duas repúblicas se alternassem na presidência da confederação e que as colônias africanas, caso alcançassem a independência, passassem também a constituir a confederação, composta por um conselho de estado formado por brasileiros e portugueses, que garantisse unidade à política luso-brasileira. “Se o Brasil e Portugal passassem a constituir uma só nação, a União de fato iria além da de direito. Porque, sem isso, nós tenderemos forçosamente a nos afastar cada vez mais. Tudo o que se diga em contrário é retórica; os fatos aí estão para o provar”.³³⁹

Já o oficial da Marinha portuguesa Nunes Ribeiro, em entrevista à *Atlântida* em 1917, apregoava que uma confederação constituída pelo Brasil, Portugal e Angola era do mais relevante interesse por representar um pacto de auxílio mútuo de caráter econômico, financeiro e militar. Se confirmada, faria de Brasil e Angola duas vastas áreas de produção, sendo Portugal o centro de onde se irradiariam os produtos por toda a Europa. Segundo ele, para o Brasil e para Portugal “a garantia do domínio do mar, no Atlântico Sul, era um objetivo comum, com a diferença de que, isoladamente, difícil senão quase impossível lhes será garantirem esse domínio”. E completa: “Se a Portugal convém o domínio do Atlântico, de Lisboa, pela Madeira e Cabo Verde, para atingir Angola, convém ao Brasil que, vindo os seus navios de Cabo Verde, ganhem a Europa pela Madeira e Lisboa”.³⁴⁰

Uma das preocupações dos defensores do confederalismo, ainda durante a Primeira Guerra, era o interesse da Alemanha no Sul do Brasil e nas colônias portuguesas na África.³⁴¹ Outra, era a formação de um bloco germano-eslavo,

³³⁸ MELO, Aldo de Cavalcanti. *A Confederação Luso-Brasileira* (esboço de construção jurídica). Funchal: Tipografia do Diário de Notícias, 1919, p. 51.

³³⁹ RODRIGUES, Bettencourt. *Op. cit.*, pp. 144-145.

³⁴⁰ RIBEIRO, Nunes. *Atlântida*, Lisboa, nº 26, pp. 264-269, 1917.

³⁴¹ FERREIRA, Marie-jo. *Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX - início do século XX*. In: www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/portugueses.pdf. Consultado em 16/06/2009.

através do qual a Alemanha, juntamente com a Rússia, teria poder para se expandir para o Ocidente e constituir, com os fragmentos do antigo Império Austríaco e com a Rússia européia e asiática, um imenso bloco, desde o Mar do Norte até o Mar de Behring.³⁴² Nesse panorama, o destino das colônias portuguesas dependeria de acordos entre a Alemanha e a Inglaterra, dada a precária situação econômica e política de Portugal. Segundo o historiador Luís Almeida:

estas negociações foram denunciadas com a publicação de uma obra da autoria do Príncipe Carlos Marx Lichnowsky, “A minha missão em Londres, 1912-1914”, onde se expunha que a Alemanha e a Inglaterra disporiam de todos os meios, depois de avisar as autoridades portuguesas, para tomarem as medidas necessárias a fim de salvaguardar os seus interesses na zona de influência em África, caso o governo português não estivesse em condições de atuar. Essa obra foi publicada antes do fim da Guerra, por iniciativa de pacifistas alemães.³⁴³

A partir do fim do século XIX, as colônias portuguesas da África se tornaram objetos da permanente cobiça das potências européias. Depois do ultimato imposto por Londres, em janeiro de 1890,³⁴⁴ Portugal teve que renunciar a um vasto território africano ligando Angola e Moçambique. Em 1898, a Inglaterra e a Alemanha assinaram uma convenção que previa o estabelecimento de esferas de influência sobre os territórios coloniais portugueses e a eventual anexação posterior desses territórios. A Inglaterra e a Alemanha justificaram esses projetos de conquista com campanhas sobre a má gestão das colônias portuguesas

³⁴² ALMEIDA, Luís. “A Confederação Luso-Brasileira”. Revista *História*, nº 79. Lisboa, setembro de 2005.

³⁴³ *Idem, ibidem*, p. 49.

³⁴⁴ Em face da crescente presença inglesa, francesa e alemã na África, no final do século XIX, a hegemonia portuguesa nas zonas costeiras de Angola e Moçambique estava ameaçada. A Sociedade de Geografia de Lisboa, defendendo a necessidade de formar uma barreira contra as intenções expansionistas, principalmente da Grã-Bretanha, organizou estações civilizadoras na zona de influência portuguesa no interior do continente, ligando Angola a Moçambique. Nascia assim, ainda sem sanção oficial, o chamado “Mapa Cor-de-Rosa” (a designação de “mapa cor-de-rosa” nasceu do fato de os territórios estarem coloridos com esta cor). Em 1884, a aceitação unilateral pela Grã-Bretanha das reivindicações portuguesas ao controle destes territórios acirrou os conflitos com as potências européias rivais. Foi convocada então uma conferência internacional, a Conferência de Berlim (1884–1885), para dirimir os múltiplos conflitos existentes e fixar as zonas de influência de cada potência na África. Assistiu-se então a um entendimento entre a França e Alemanha e uma atitude conciliatória da Grã-Bretanha, que abandonou totalmente o seu anterior entendimento com Portugal. O resultado foi o ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890, que exigiu de Portugal a retirada de toda a zona disputada sob pena de serem cortadas as relações diplomáticas. Isolado, Portugal protestou, mas recuou, pondo fim ao “mapa cor-de-rosa” e deixando um legado de humilhação nacional e frustração que marcou o país por décadas. O Ultimato será intensamente criticado pela *Geração de 70*, principalmente Guerra Junqueiro (*Finis Patriae*) e Eça de Queirós (*Correspondência e A ilustre casa de Ramires*) e, anos depois (1917), por Fernando Pessoa (*Ultimatum*, de Álvaro de Campos).

e sobre a impossibilidade de Portugal de civilizar e de valorizar os países africanos. Um novo acordo é assinado entre as duas nações em 1913, estabelecendo uma nova partilha das colônias portuguesas africanas e, sobretudo, alargando as possibilidades de intervenções sobre os territórios portugueses.³⁴⁵

Vale ressaltar que, com o *Ultimatum* britânico de 1890,

a Inglaterra sepulta as pretensões portuguesas de constituir uma única colônia ocupando toda a largura da África, de Angola a Moçambique. Apesar disso, os territórios africanos tornaram-se prioritários para o Estado Português e para os interesses da burguesia nacional que, por mais fraca que fosse, também procurava, naquele momento, novas áreas de investimento. É importante ressaltar, como exemplo dessa nova política africana, que o Estado Português, neste contexto, procura redirecionar para as colônias africanas, embora sem grande sucesso, fluxos de emigração portuguesa, que se dirigiam, sobretudo, para o Brasil.³⁴⁶

Graça Aranha, em entrevista concedida ao jornal francês *Matin*, em 1918, reproduzida parcialmente no livro de Bettencourt Rodrigues, alertava para o fato de a Alemanha ter pretendido realizar, por sua própria conta, durante a Guerra, o projeto confederativo luso-brasileiro pelo viés comercial. Segundo ele, bastava olhar-se o mapa do Atlântico Sul para se confirmar as intenções germânicas: em frente aos estados brasileiros onde o elemento germânico predominava estavam as colônias alemãs da África Ocidental e, junto delas, a colônia portuguesa de Angola. Por esse motivo, temiam-se os danos políticos e econômicos para Portugal e o Brasil que uma nação com bases navais instaladas em colônias africanas de frente para o Brasil e com poderio para abastecer toda a Europa com produtos africanos, concorrentes dos brasileiros, poderia causar.

Segundo Graça Aranha, a Alemanha pretendia “deitar mão ao Brasil e Angola” a fim de canalizar para Hamburgo os produtos destas ricas regiões. Nesse sentido, o pan-lusitanismo, consubstanciado na união confederativa entre o Brasil e Portugal, parecia a ele uma solução menos odiosa e ameaçadora para a harmonia da geopolítica mundial do que o pan-germanismo. Diz Graça Aranha: “a federação luso-brasileira, mais simples, mais fácil, não se fará nem pela guerra, nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de

³⁴⁵ FERREIRA, Marie-jo. *Op.cit.*

³⁴⁶ FREIXO, Adriano de. *Op. cit.*, p. 22.

homens inspirados por um mesmo pensamento nacional que quer ser eterno”.³⁴⁷ O escritor completa, em artigo publicado na *Atlântida*, em 1919, e transcrito no livro de Bettencourt Rodrigues:

as razões econômicas que determinam a união de Portugal e Brasil foram percebidas pelos alemães quando eles ambicionavam apossar-se do sul do Brasil e das colônias portuguesas da África. O momento é oportuno para realizarmos este admirável plano político, porque desta guerra nasceu uma decisiva corrente idealista que influirá para chamar a simpatia do mundo para o ideal luso-brasileiro. Uma grande força de atração funde as nacionalidades da mesma língua e do mesmo pensamento.³⁴⁸

O militar e ex-presidente da Academia de Ciências de Lisboa Henrique Lopes de Mendonça, primeiro entrevistado no inquérito da *Atlântida*, encara a proposta da confederação como instrumento da política internacional luso-brasileira. No mesmo tom de Graça Aranha, reforça a importância do pan-lusitanismo, tratando-o pelo viés da capacidade peculiar da raça lusitana de amalgamar diversas culturas, não perdendo com isso seus traços característicos. Via na junção política de raças e línguas o meio para selar a fraternidade e a amizade entre os povos, que deveriam associar-se em sistemas e regimes federativos e confederativos.

“Este colossal aglomerado de confederações e de alianças, robustecido no Índico e no Pacífico com a poderosa rede de colônias ligadas pelos mesmos laços que uniram as metrópoles, impor-se-ia ao mundo, não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro”³⁴⁹, afirma Lopes de Mendonça. Um mês após essa declaração, Magalhães Lima fala à *Atlântida*: “Os continentes fraternizam. A Europa é a América, e a América é a Europa. O Pan-lusitanismo! A Confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte, como a única solução racional que os acontecimentos hão de impor”.³⁵⁰

³⁴⁷ RODRIGUES, Bettencourt. *Op. cit.*, p. 139.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 137-138.

³⁴⁹ MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Atlântida*, Lisboa, ano 2, n° 21, pp. 771-772, 15/07/1917.

³⁵⁰ LIMA, Magalhães. *Atlântida*, Lisboa, ano 2, n° 22, 15/08/1917, pp. 846-847.

4.5.

A reação das folhas antilusitanas e o temor da “desnacionalização” do Brasil

É numerosa a lista de depoimentos favoráveis à Confederação Luso-Brasileira inseridos nas páginas da *Atlântida* e no livro de Bettencourt Rodrigues. O que interessa, por hora, é ressaltar que esses depoimentos pró-confederação reforçam “excessos míticos”, como a vocação colonizadora do povo português e o “gênio” da raça, e confirmam a importância de se fortalecer uma comunidade lusófona. Em outras palavras, percebemos a defesa de uma identidade cultural, linguística e histórica comum entre Portugal e as suas antigas e atuais colônias. O Brasil, segundo o discurso pan-lusitanista, era a prova de que o povo que gerou esta “outra banda” de Portugal, jovem e promissora, seria também capaz de levar a civilização à África. Assim, pelo lado português, a aproximação com a antiga colônia confirmava a vocação lusitana para a colonização eficiente, frente aos seus concorrentes europeus. Em outras palavras,

a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX marcaram o início da estruturação, de fato, do Império Colonial Português mediante a “pacificação” das populações nativas, a organização político-administrativa e a exploração econômica do mesmo (...). Ao mesmo tempo, em Portugal, promoviam-se imensas campanhas para angariar apoio popular ao projeto imperial, criando-se mitos, como o do “Portugal único, multirracial e pluricontinental” ou o da “missão civilizadora” portuguesa, que se consolidariam nas décadas seguintes. É interessante notar que este processo acontece sem descontinuidades mesmo com as mudanças de regime, a exemplo da instituição do regime republicano, em 1910, ou da implantação da ditadura militar, em 1926.³⁵¹

Por sua vez, as reações à Confederação Luso-Brasileira no Brasil, ao menos nas folhas antilusitanas do Rio, como as revistas *Gil Blás* e *Brasiléia*, desnudavam os sentimentos nativistas e a lusofobia de parte da intelectualidade brasileira. Um exemplo é o artigo publicado em *Gil Blás*, em 19/06/1919. Com o título “Brasil, país autônomo. Abaixo a utopia da Confederação Luso-Brasileira!” o autor, de antemão, defende a autonomia brasileira nos assuntos internos e rechaça veementemente a proposta da união confederativa. Justifica o articulista: “Separa-nos além do oceano imenso, toda uma série de tendências morais, que constituem hoje o patrimônio da nossa raça. Caminhamos para a fixação livre de

³⁵¹ FREIXO, Adriano de. *Op. cit.*, p. 22.

uma democracia modelar, enquanto os ex-colonizadores odeiam a república”.³⁵²

Continua:

golpeemos de uma vez esse (...) federação luso-brasileira. Não esqueçamos os três séculos de dominação colonial, em que éramos zurzidos a chicote, e os sonhadores da independência conheciam os degredos da África ardente, quando não os esartejavam depois da forca. Não fechemos os olhos a esse longo período horripilante, onde os crimes maiores foram cometidos e resistimos às sucessivas invasões estrangeiras, somente com o nosso heroísmo indomável, sem socorros da metrópole indiferente. A federação em projeto nos desbrasileiraria, confundindo-nos com uma argamassa pobre, que vive a recordar, de cócoras, os seus triunfos imensos, há cinco séculos, enquanto o povo definha analfabeto, e as estátuas de homens solares como Eça de Queiroz, são apedrejadas e infamadas.³⁵³

O articulista de *Gil Blás* relembra a dominação colonial e considera a confederação uma idéia absurda que nos associaria a um povo pobre, que ainda vivia das lembranças de triunfos há muito realizados. No momento em que se aproximava o centenário da Independência e em que no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, se acentuava uma onda lusófoba, de negação da herança portuguesa (“sobre a qual a revista (*Atlântida*) fez quase completo silêncio”, ressaltou Arnaldo Saraiva³⁵⁴), parece realmente equivocada a defesa de uma união confederativa. Mais ainda quando se avalia o título do inquerito que abriu as páginas da *Atlântida* com os depoimentos favoráveis à confederação, tanto de brasileiros como de portugueses ilustres: “Será possível uma nova e grande Lusitânia?”. Tal questão me faz questionar³⁵⁵ se os defensores da Confederação Luso-Brasileira se davam conta das suscetibilidades que tais afirmações poderiam provocar no Brasil.

No entanto, a circunstância histórica de se vivenciar um momento de guerra (a Confederação foi sugerida em 1917) e de pós-guerra, sem dúvida estimulava a elaboração de propostas para se evitar novos conflitos em busca da paz, pelo viés de aproximações baseadas na identidade lingüística, cultural e racial, perpassadas por interesses econômicos comuns. No Brasil e em Portugal, assim como havia quem apoiasse a união confederativa como medida para afastar

³⁵² “Brasil, país autônomo. Abaixo a utopia da Confederação Luso-Brasileira!”. *Gil Blás*, Rio de Janeiro, nº 19, 19/06/1919.

³⁵³ *Idem, ibidem*. Há uma palavra ilegível no trecho recortado.

³⁵⁴ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 145.

³⁵⁵ Nessa questão sigo a linha de pensamento de Arnaldo Saraiva, que faz esse mesmo questionamento em sua obra aqui amplamente citada.

o risco das ações imperialistas de outras nações européias, como a Alemanha e a Inglaterra, havia também quem tomasse a idéia como ação desnacionalizadora.

No Brasil, particularmente, além da antipatia para com os portugueses, as vozes avessas à confederação eram movidas pelo argumento de que a união política simbolizava uma atitude colonialista de Portugal e, por conseguinte, uma ameaça à frágil unificação interna, visto predominar em grande parte da elite intelectual o sentimento de que a nação ainda não se percebia como pátria. Prova disso é o artigo de viés nativista e xenófobo de *Brasiléia* intitulado “Pela emancipação do Brasil”. Em tom de recrutamento, o articulista conclama os brasileiros a lutarem contra a ditadura lusitana no campo material e intelectual como medida para fazer do Brasil, efetivamente, uma pátria para os brasileiros:

brasileiros! Precisamos criar uma pátria para nós! E, portanto, todo o nosso esforço deve convergir para libertar-nos da pesada ditadura lusitana, que se exerce, disfarçadamente, pelo poder do ouro e pela força mágica da imprensa. Ditadura intelectual e material. (...) no caso do Brasil, só temos um caminho curto e certo para dar-nos a desejada emancipação: cortarmos de um golpe certo, e de uma só vez, o fio à tradição, relegando para bem longe os pontos de contato com a metrópole.

O luso-brasileirismo é, pois, um monstrego que nos tolhe até a liberdade de pensamento.

Para o Brasil não há – nunca houve, perigo americano ou alemão, italiano ou sírio, inglês ou africano. Tais perigos são forjados de encomenda pela imprensa portuguesa do Rio de Janeiro. Para nós “índesejável” não é somente o deformado pelas enfermidades, ou o mutilado nos gloriosos campos de batalha, mas também o robusto aldeão português que, em vez de procurar os nossos campos, fica no litoral, e com o apoio dos compatriotas e o beneplácito da “nossa” imprensa e da “nossa” administração, transforma-se dentro de poucos anos em comerciante retalhista, enchendo as cidades do litoral do Brasil com as suas tascas imundas, quitandas e casas lotéricas, com que tanto envergonham a nossa entrosada civilização.³⁵⁶

O articulista encara a predominância da colônia portuguesa nos mais variados segmentos da economia urbana da capital e também a interferência dessa comunidade na vida política e intelectual do país como um impedimento à unificação brasileira e à consolidação do Brasil com pátria. Considera o luso-brasileirismo, propagado pelos defensores da aproximação entre o Brasil e Portugal, um monstrego inibidor da liberdade de pensamento, uma deformação. A iminência de “desnacionalização” do Brasil pela imigração de outros povos, ou

³⁵⁶ “Pela emancipação do Brasil”. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 6, pp. 237-241, junho de 1917.

o “perigo” da preponderância econômica de outras nações, nada mais era do que uma campanha negativa da imprensa, em mãos lusitanas, preocupada com a manutenção da prevalência portuguesa na economia interna, principalmente na capital. Por essa razão, cortar radicalmente o fio da tradição parecia-lhe o caminho mais acertado rumo à autonomia brasileira.³⁵⁷

A linha editorial da publicação também deixa claro que seus diretores apoiavam a entrada do Brasil na guerra por compreender a atitude beligerante como demonstração e confirmação da autonomia brasileira, e também como estratégia para reforçar a capacidade do Brasil de se unir política e militarmente em torno de um objetivo comum. Lembramos que as associações políticas nacionalistas, cujos diretores colaboravam ativamente em *Gil Blás* e *Brasiléia*, apresentavam um forte apelo militarista e de valorização do patriotismo, compreendido como dever cívico. “O estado de guerra, imposto ao Brasil pela Alemanha, foi, por todas as almas verdadeiramente patrióticas, recebido como uma conseqüência lógica e necessária da situação internacional a que nos prendem as simpatias continentais e alianças políticas”.³⁵⁸

Assim, o estado de guerra conclamava os intelectuais à viragem internacionalista também como demonstração de patriotismo. Por esse motivo muitos, como Bilac, José Veríssimo, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Nestor Vítor, Graça Aranha, e o próprio João do Rio, apoiaram a causa aliada e a entrada do país no conflito bélico mundial. Em 1917, em artigo escrito para *O Paiz* e publicado no livro *Adiante!* – dedicado ao presidente Nilo Peçanha por ter ele propiciado a entrada do Brasil na guerra –, João do Rio afirma:

logo no começo da guerra o Rio dividiu-se em germanófilo e aliadófilo. O governo mantinha a neutralidade, esperando os acontecimentos. Mas, se o Executivo tinha essa expressão, o Poder Legislativo, o Judiciário e as classes de destaque entraram em excessos amorosos. Houve uma Liga Pró-Germânia. Houve uma Liga Pró-Aliados. Deputados em pleno Parlamento fizeram discursos por um e por outro lado da guerra. E nós brasileiros tivemos e temos no Parlamento defensores dos aliados como Irineu Machado, defensores da

³⁵⁷ Se pensarmos em termos numéricos, entretanto, a presença estrangeira no país não era expressiva a ponto de justificar o temor da desnacionalização. Segundo Eulália Lobo, em 1920, dos 30 milhões de habitantes no Brasil, apenas 1.565.961 eram estrangeiros, dos quais 433.567 eram portugueses, distribuídos da seguinte maneira: 172.338 no Rio de Janeiro; 64.687 em São Paulo; 12.083 em Belém; 9.483 em Niterói; 6.097 em Manaus e 4.172 em Recife. No Rio, dos 1.157.873 habitantes, 917.481 eram brasileiros (72% do total) e 239.129 estrangeiros, sendo 172.338 portugueses, o equivalente a 14% dos imigrantes. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madri: Marpfe, 1994, p. 65.

³⁵⁸ *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, pp. 467-71, outubro de 1917.

Germânia como Dunshee d’Abranches, na diplomacia franceses mais franceses que os franceses, como o Sr. Graça Aranha.³⁵⁹

A entrada do Brasil na Primeira Guerra deu-se após o afundamento do barco brasileiro Macau, pelos alemães, em 1º de junho de 1917. Após esse incidente, Paulo Barreto, que defendera a entrada de Portugal no conflito bélico ao lado dos países aliados, passa a discursar em apoio à adesão do Brasil ao grupo e à entrada do país na guerra. “Não se trata mais de homens. Eles morrem aos milhares, de minuto a minuto. Trata-se da vitória ou da derrota de duas correntes humanas, de dois princípios de domínio”.³⁶⁰ João de Barros também teceria elogios ao Brasil pelo apoio a Portugal na guerra e a aproximação das nações sugerida com a proposta da união confederativa. Em artigo na *Atlântida* intitulado “O Brasil e a guerra”, afirma:

o Dr. Bettencourt Rodrigues, ilustre português educado em França, que em S. Paulo passou grande parte da sua vida, possuindo assim o conhecimento pleno das três modalidades da mesma civilização, lançou nesta mesma revista – que muito se honra com tal distinção – a idéia duma confederação luso-brasileira, baseada nessa concepção de íntima solidariedade. E eu próprio, quando em 1912 visitei o Brasil, reconheci que ela existia realmente, decerto indefinida e esparsa, talvez mesmo negada por certas pessoas, mas verificando-se em quase toda a parte, em quase todos os espíritos. (...) Simplesmente, quero dizer que nós, portugueses, devemos ao Brasil esta gratidão imensa: - tê-lo tido ao nosso lado, pelo impulso afetuosíssimo do seu coração, assim que nos vimos em guerra: ter sentido e sabido que ele nos acompanha, dia a dia, hora a hora, na ansiedade magnífica e dolorosa em que vivemos hoje.³⁶¹

Na mesma edição, João do Rio assinaria o texto “Portugal et Brésil”, uma conferência patrocinada pela *Atlântida* em benefício da Cruz Vermelha de Portugal. No artigo, exalta a entrada das duas nações no conflito mundial e fala do entusiasmo que o acometia, pois compreendia a aproximação de Brasil e Portugal como um gesto de patriotismo: “Patriotismo! Falar de Portugal e falar da raça, da origem, é falar de seu próprio sangue, é como falar de sua própria pátria”.³⁶²

João do Rio também exaltaria a Confederação Luso-Brasileira, principalmente pelas vantagens comerciais e defensivas que via na união confederativa entre o Brasil e Portugal. Em conferência realizada no Teatro Nacional de Lisboa, em 7 de junho de 1919, e publicada na edição nº 40 da

³⁵⁹ RIO, João do. *Adiante!* Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1919, p. 283.

³⁶⁰ RIO, João do. *No tempo de Wenceslão*. Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1917.

³⁶¹ BARROS, João de. “O Brasil e a guerra”. *Atlântida*, Lisboa, nº 25, pp. 159-161, 15/11/1917.

³⁶² RIO, João do. “Portugal et Brésil”. *Atlântida*, Lisboa, nº 25, pp. 195-196, 15/11/1917.

Atlântida, de julho de 1919, com o título “Portugal e Brasil após a guerra” (o texto foi publicado em *Adiante!* como “Pela aproximação luso-brasileira”), afirma:

eu quero sonhar, quero pensar no que será o esforço unido da Raça nos dois países, nas duas nações, quero ter a certeza na realização desse esplêndido ideal que é a nossa vida de amanhã. Em vez de um país isolado com a função de dar homens ao mundo para trabalhar em raças diversas, em vez de 20 milhões entre continente e colônias – cerca de sessenta milhões de almas na ofensiva de uma obra formidável, realizada em comum pelas duas repúblicas. Em lugar de uma tonelagem escassa, que nos força a vontade das outras pátrias para o transporte das nossas riquezas – uma frota mercante que sobre os dois pendões corta os mares. Em troca de portos onde os outros vão buscar a matéria prima para serem entrepostos do mundo – os nossos portos entrepostos formidáveis. Ao contrário de um Brasil colossal sem a textura de uma língua única e de um Portugal tendo que responder em várias línguas que lhe compram mercadorias – a possibilidade de obrigar os demais a compreender a nossa língua. E ao invés do crescimento em separado do poder do Brasil, e de Portugal, os dois prismas das civilizações da mesma Raça nos dois continentes, fundidos, dando a um o que ao outro falta, a máquina militar da paz assegurando o trabalho em três continentes, senhora do sul Atlântico num triângulo cuja base é o Brasil do extremo sul à boca do Amazonas, cujo vértice é Lisboa porto franco derramando para o mundo os produtos de Portugal, as produções das Colônias de África, os produtos desse país miraculoso que é o Brasil onde há todos os climas reunindo numa só pátria todas as riquezas da terra. Senhores, e principalmente as lições do “após a guerra” forçaram-nos a ver moralmente, economicamente, ideologicamente, a urgência desta união que não é senão o apelo heróico dos conquistadores ancestrais batendo nos nossos pulsos, o ímpeto subconsciente de sangue pela aventura excepcional desta guerra de paz. Temos que nos descobrir um ao outro a nossa comum utilidade, neste ângulo da História.³⁶³

Para João do Rio, a Confederação Luso-Brasileira estava amparada moral, econômica e ideologicamente, e tal agrupamento (“60 milhões na ofensiva numa obra formidável”) tornava-se essencial para que o Brasil, Portugal e colônias africanas atuassem no concerto mundial como uma “máquina militar da paz” garantidora do domínio comercial no Atlântico Sul. O discurso, pronunciado durante sua quarta viagem a Portugal, quando chegou ao continente europeu como correspondente de *O Paiz* para cobrir o Tratado de Versalhes, corrobora, mesmo que indiretamente, a visão do Portugal imperial – ainda que este país praticasse um imperialismo que Margarida Calafate Ribeiro, adaptando uma expressão de Boaventura de Sousa Santos, chama de “imperialismo de semiperiferia”, segundo uma hierarquia que colocava o modelo britânico no topo.³⁶⁴ As frases contidas no discurso revelam que o cronista se arriscava nas complexas articulações da

³⁶³ RIO, João do. *Adiante!* Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 202-237.

³⁶⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Apud* RIBEIRO, Margarida Calafate, *op. cit.*, p. 67.

política internacional, argumentando em defesa de um império luso-brasileiro mediado pelas colônias africanas, ecoando a fala de Bettencourt Rodrigues.

A fim de se compreender as palavras de João do Rio em defesa do fortalecimento político e comercial luso-brasileiro no Atlântico Sul, faz-se necessário observar mais detidamente esse discurso favorável à Confederação Luso-Brasileira. Ainda que não seja o objetivo deste trabalho analisar a atuação de Portugal e do Brasil na Primeira Guerra, tampouco os entremeios da política mundial na qual se inseriam as duas nações, ou mesmo o projeto imperial português – ultrapassaria o escopo definido e me afastaria do tema – não se pode desconsiderar que a união confederativa foi proposta em um momento histórico extremamente conturbado, em que se vivia um conflito bélico de proporções planetárias até então não experimentado naquele alvorecer de século. Também é importante lembrar que se experimentava uma nova ordem mundial, em que os pan-eticismos, “os nacionalismos étnicos, lingüísticos ou culturais, serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, econômicos”.³⁶⁵

4.6. Ainda a Confederação: os interesses em jogo

Por um lado, se unido a Portugal e a seu império colonial africano, o Brasil (como também Portugal) ganharia imensamente, pois as livres trocas comerciais facilitadas por acordos econômicos, e a língua comum, selariam uma aliança estratégica no momento político mundial. Por outro, para o Brasil, em termos comerciais, a confederação significava uma parceria que poria fim à concorrência, no mercado internacional, entre as mercadorias produzidas no país e as provenientes das colônias portuguesas da África. Isso sem contar o aspecto defensivo da união confederativa, considerado estratégico pelos que apoiavam a proposta. Lembremos as palavras de Bettencourt Rodrigues, em 1917: “podemos dar-lhe (*ao Brasil*) em todos os mares e continentes, desde a costa africana até ao Extremo Oriente, e, desde o Atlântico ao Índico, elementos da sua expansão

³⁶⁵ RAMOS, Maria Bernardete. “A intimidade luso-brasileira – nacionalismo e racialismo”. In: *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001, p. 374.

comercial e marítima – bases navais, pontos de apoio, portos de abastecimento e abrigo”.³⁶⁶

Por essa razão, João do Rio, na homenagem a ele realizada no Real Clube Ginástico Português, no Rio, em 06/09/1919 (o discurso foi publicado em *O Paiz*, em 07/09) pelo escritor português Carlos Malheiro Dias – colaborador de *O Paiz*, diretor da *Revista da Semana*, membro da Academia de Ciências de Lisboa e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, afirma:

o acordo econômico, desde que existe visceralmente o acordo social, é o maior fator do acordo político, simples consequência da rede de interesses – o porto franco de Lisboa, os bancos portugueses com sucursais em todo o Brasil, os bancos brasileiros em Portugal, as linhas de navegação dos dois países, trabalhando para os dois países: o capital e o trabalho ligados. Notem que o capital de países imperialistas já isso exerce sem conta dos governos e no desinteresse da nacionalidade. A questão é apenas fazer o que fez a Inglaterra, o que realizou a Alemanha: ter seguidamente patriotismo consciente. Depois dessa obra, que espera apenas um gesto dos executivos das duas Repúblicas, como não se dar o acordo político defensivo das duas nações que, sem acordo algum, não podem ser indiferente uma a outra?³⁶⁷

Pelo que podemos constatar, ele compreendia o acordo econômico, fruto da união confederativa entre Portugal e o Brasil, como um instrumento de fortalecimento político defensivo essencial para as duas repúblicas. Vê-se que não apoiava a concessão de privilégios para Portugal, e sim uma parceria igualitária entre as duas nações, com a instalação de agências bancárias e de linhas de navegação das duas repúblicas em ambos os lados do Atlântico, o capital e o trabalho unidos. Deslocava-se do âmbito da parceria literária, do abraço mental, para efetivamente agir como interlocutor cioso do desempenho do Brasil na política internacional, vendo nessa ativa participação brasileira uma demonstração de patriotismo da parte de homens como ele, atentos ao momento mundial e ao desempenho nacional no contexto internacional. Por esse viés, a homenagem a ele oferecida por iniciativa de Carlos Malheiro Dias, capitaneada pela colônia portuguesa do Rio, também criava, segundo mesmo afirmou Raimundo de Magalhães Júnior, um ambiente propício à sua investitura na carreira diplomática. Na ocasião, o anfitrião Malheiro Dias atalhou:

³⁶⁶ RODRIGUES, Bettencourt. Op., cit., p. 204. Grifo meu.

³⁶⁷ RIO, João do. “Seção Portuguesa”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 6, 06/09/1919.

vivestes na Europa os dias inebriantes e inolvidáveis da apoteose, até á grandiosa e tremenda execução, chamada o Tratado de Paz; e, todavia, mantivestes-vos fiel às predileções da vossa simpatia, nunca perdestes o ensejo de nos testemunhar a vossa desinteressada e fraternal estima, sempre escolhestes para Portugal, nos tesouros das vossas imagens, as expressões mais carinhosas. O amor que tendes a vossa Pátria sempre se projetou na provada estima que professais pela nossa. Esse contrato tácito de amizade não nos levará a fundir numa só bandeira as nossas duas bandeiras.³⁶⁸

Malheiro Dias e João do Rio discursaram para uma platéia de cerca de 400 portugueses, comerciantes abastados da colônia no Rio. Os promotores da homenagem imprimiram o discurso do convidado ilustre e de seu anfitrião em uma brochura ricamente encadernada, em cores, com 32 páginas. A capa trazia uma ilustração de Corrêa Dias com duas figuras femininas “de aspecto quase belicoso”³⁶⁹ representando as repúblicas. Nota-se que Carlos Malheiro Dias acreditava no contrato tácito de amizade entre o Brasil e Portugal, contudo não apoiava a idéia de se fundirem em um mesmo lábaro as bandeiras portuguesa e brasileira. Pensava que as duas nações “acenando-se como dois lenços agitados pela saudade e pelo amor, prosseguirão, lado a lado, cada uma palpitando em sua haste, como duas irmãs, o seu caminho através do tempo e da história”.³⁷⁰

Também é possível observar no discurso que a simpatia de João do Rio por Portugal e a teia de relações comerciais e literárias que estabeleceu com portugueses, como comprovam as palavras de Malheiro Dias, impeliram o cronista a conferenciar sobre o papel daquele país no concerto internacional. Meses antes, em Lisboa, na conferência realizada no Teatro Nacional de Lisboa, fez um balanço da entrada de Portugal no conflito em favor dos aliados – “Portugal estava na guerra para mostrar à Europa o vivo Portugal que alargou a terra, para se olhar a si mesmo no único espelho digno de tal gente, a fornalha em que se fundia o novo mundo”.³⁷¹ De fato, Portugal entrara no conflito quando, por ordem de Bernardino Machado, sob pressão inglesa, as tropas portuguesas ocuparam navios alemães ancorados em portos lusos. A Alemanha, em represália, declarou guerra a Portugal em 9 de março de 1916.³⁷²

³⁶⁸ BARRETO, Paulo. DIAS, Carlos Malheiro. *Portugal-Brasil: discursos pronunciados no banquete em homenagem ao illustre escriptor brasileiro Snr. Paulo Barreto*. Rio de Janeiro: s/editora, 1919.

³⁶⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 335.

³⁷⁰ BARRETO, Paulo. DIAS, Carlos Malheiro. *Op. cit.*, pp. 11-12-17.

³⁷¹ RIO, João do. *Adiante!* Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 202-213.

³⁷² MAGALHÃES JÚNIOR. Raimundo de. *Op. cit.*, p. 284.

Na mesma conferência analisou a maneira, considerada por ele irresponsável, como parte da elite cultural portuguesa havia construído uma imagem negativa do país, bastante pernicioso à auto-estima portuguesa. Lembramos que o grupo de Eça, assim também como Oliveira Martins no seu livro *Portugal Contemporâneo*, diagnosticou Portugal como um país doente, de gente inferior, sem possibilidade de redenção. A questão é que o grupo, segundo a historiadora Margarida Calafate Ribeiro, “ainda que de forma ambígua”, revelou as contradições de uma “sociedade decadente que se compensa em discursos sobre projetos imperiais sem contudo se empenhar neles do ponto de vista prático”.³⁷³ Vejamos então mais detalhes deste discurso no Teatro Nacional de Lisboa, em junho de 1919. Nele, João do Rio critica a Geração de 70 e a responsabiliza pelo pessimismo com que Portugal olhava para si mesmo:

intitularam-se por elegância: *Vencidos pela* [sic] *vida*. Qual o país capaz de resistir quando a fina flor da sua mentalidade resolve considerar-se o grupo dos vencidos pela vida? Só Portugal, só o povo português que os não leu. Mas a sua ação nas classes lidas foi pior para a pátria que um bombardeio de artilharia pesada. Antes, as classes cultas não caminhavam porque não queriam perder o passado. Depois as classes cultas riram, fumaram charutos, deram-se ares – porque não valia à pena.³⁷⁴

É importante ressaltar que não é o objetivo deste trabalho analisar a Geração de 70, ou “quanto o seu processo de desmistificação das idéias relativas à imagem imperial de Portugal confrontou a nação com uma identidade nacional imaginária e uma identidade real”.³⁷⁵ Ou mesmo aprofundar a discussão sobre esta curiosa crítica de João do Rio ao grupo de Eça, Antero de Quental, e Oliveira Martins, entre outros intelectuais. Tampouco é a proposta aqui analisar os planos políticos de Portugal para a África, mediados ou não pelo Brasil, “ora em termos práticos, ora de imaginário”.³⁷⁶

A citação desses dois discursos de João do Rio, um em Lisboa, outro no Rio, em junho e em setembro de 1919, respectivamente, tem como objetivo realçar, primeiro, que ele associava o fortalecimento da auto-estima nacional, indispensável à concepção do Brasil como nação coesa, autônoma e expressiva no

³⁷³ RIBEIRO, Margarida Calafate. *Op. cit.*, p. 78.

³⁷⁴ RIO, João do. *Adiante!* Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 202-213.

³⁷⁵ RIBEIRO, Margarida Calafate. *Op. cit.*, p. 66.

³⁷⁶ *Idem, ibidem.*

contexto internacional, à aproximação com Portugal – cuja baixa auto-estima deveria ser igualmente combatida, por conta da influência que ainda exercia sobre o Brasil; em segundo lugar, é enfatizar que se tratava de uma mentalidade em ação, um personagem plenamente ativo no campo intelectual, entendido aqui como campo político. Em outras palavras, cabe considerar que sua atuação como correspondente estrangeiro o permitiu “ler” com mais clareza e lucidez o concerto das nações na geopolítica internacional e avaliar os papéis de Portugal e do Brasil neste concerto.

Vale lembrar que, nesse período, Paulo Barreto era então membro da Academia Brasileira de Letras, sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, dramaturgo de sucesso, cronista e escritor reconhecidamente inovador, além de repórter respeitado, com trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Em outras palavras, não era um desinformado. Em sua estadia na França para a cobertura da Conferência da Paz,

começara desde logo a frequentar o Círculo Inter-Aliado, à Rue Faubourg Saint-Honoré, onde almoçavam ministros, embaixadores e grandes jornalistas, como Arthur Meyer, diretor do *Gaulois*. Conseguia ser recebido por León Bourgeois, que em 1907 fora um dos delegados franceses à Conferência de Haia. Ouvia Francesco Nitti, que fazia parte da delegação italiana, a Rainha Maria, da Romênia, e uma porção de outros.³⁷⁷

Em outras palavras, ele não agia como um espectador passivo de seu tempo. Ao emitir pareceres sobre o momento mundial, o fazia durante e após as viagens ao exterior, em que atuava como correspondente estrangeiro, entrevistando as figuras proeminentes daquele momento, seja em Paris, seja em Lisboa. Isto numa época em que “o jornalismo brasileiro começava, apenas, a se internacionalizar, enviando os primeiros repórteres ao exterior”.³⁷⁸ O volume de textos resultantes dessa viagem à Europa é impressionante. Paulo Barreto escreveu sobre a conferência da paz e a revolução monárquica no Porto 80 reportagens, reunidas em três volumes no livro *A Conferência da Paz*, somando mais de 800 páginas. Deste total, 11 artigos foram dedicados ao caos político no Porto, e organizados na série “A revolução monárquica em Portugal”. Para Raimundo de Magalhães Júnior, suas reportagens causavam certa inveja e, ainda que reverberassem conceitos “modelados pela imprensa francesa e pelas opiniões

³⁷⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Op. cit.*, pp. 315, 319.

³⁷⁸ *Idem, ibidem.*

dos delegados, que ia entrevistando, como bom repórter”, representavam “o espelho do pensamento do mundo ocidental no momento”.³⁷⁹

Por exemplo, observe-se sua opinião sobre a participação do Brasil nas negociações de paz, em conferência realizada na Faculdade de Direito de Recife, onde desembarcou após a estada na Europa, para cobrir o fim do armistício. O texto foi publicado no livro *Na Conferência da paz I – do armistício à paz da Guerra*, com o título “O Brasil após a Guerra”:

na interdependência da vida universal, diante da ofensiva econômica das nações que a guerra arruinou, não é possível perder mais tempo nem pensar senão no Brasil para fazê-lo definitivamente autônomo, grande nação, imensa pátria. Mocidade, Eternidade de vida no país mais jovem do mundo, na parte mais rica da terra, tudo depende da vossa ação fraterna, de compreensão potencial, de energia que vos ligue do extremo norte ao extremo sul, na política veementemente capaz de tornar em Celeiro e em Fábrica do Continente os Estados Unidos da América Brasileira. Para isso basta que, respondendo ao desafio de todas as nações, todos nós sejamos os soldados do grande ideal: Patriotismo. E que essa palavra de sangue e luz, de amor ao passado e amor ao futuro, irradie o triângulo esotérico da nossa energia contínua e formidável (...).

³⁸⁰

Vale notar que nesta conferência, como destaca Raimundo de Magalhães Júnior, João do Rio, depois de meses junto aos homens que negociavam a paz, deixa ver uma impressão desoladora “das rivalidades militares e dos egoísmos nacionais”.³⁸¹ Ainda assim, associa o patriotismo ao amor ao passado e ao futuro, revelando o sentimento que o movia quando defendia a aproximação política e comercial luso-brasileira, como ficou claro no apoio à Confederação Luso-Brasileira.

Expõe, desse modo, um ponto de vista bastante diferenciado sobre a atuação do Brasil no palco internacional – ele fala em “interdependência da vida universal” –, revelando uma concepção sobre a autonomia brasileira inegavelmente distinta daquela propagada por alguns intelectuais, para os quais a modernização, o progresso e a auto-afirmação nacional dar-se-iam pelo viés da negação da herança cultural portuguesa. Mostra-se um excelente crítico de seu tempo – e também, por que não dizer, um intelectual pronto a investir na carreira

³⁷⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 318.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 330.

³⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 329.

diplomática (seu sonho era representar o Brasil em Lisboa), ambição acalentada desde 1903, quando infrutiferamente tentara o ingresso no Itamaraty.

Assim, no momento em que o mundo acabava de vivenciar uma Guerra Mundial, na qual se jogara os destinos das nações, e se exacerbavam os nacionalismos e os imperialismos, sua fala lançava o Brasil no campo da política e do comércio internacional. Internamente, na contramão dos movimentos nativistas que propunham a redução e mesmo a extinção do poderio econômico dos portugueses na capital do país, e até em todo o Brasil onde aquela colônia predominava, concebe a lusofilia como ação patriótica.

Daí usar expressões como “ação fraterna” e “compreensão potencial”, conforme foi possível notar em seu discurso no Recife, assim como na conferência “Portugal-Brasil. Dois povos da mesma raça, no momento dramático da guerra”, publicada em *Sésamo* (1917). As palavras de João do Rio deixam ver um homem apaixonado por seu país, um intelectual que concebia o amor à pátria como antídoto contra os persistentes complexos coloniais e anticolonialistas que dominavam parte da elite cultural brasileira e portuguesa. Percebemos que, para ele, patriotismo não significava somente defender os interesses do Brasil no âmbito das trocas comerciais com Portugal, ou apoiar a aproximação intelectual luso-brasileira pelas semelhanças com a raça, a língua e as tradições portuguesas:

quantas palavras e quantos sentimentos para erguer uma idéia justa! Há quase três lustros, num trabalho incessante e poliforme, desde o meu primeiro artigo até agora, no conto, na crônica, na impressão mundana, frívolo ou grave, entusiástico ou triste, há na minha obra um desejo único na sombra de uma palavra fundamental. Essa palavra é: patriotismo. Ela vive na sátira aos costumes ridículos, ela suspira na exposição dos snobismos, ela anseia nos elogios dos homens que julgo capazes, ela quer nos grandes momentos, ela protesta no comentário aos que a desnaturam. Nos períodos mais cruéis é ela que chora a minha raiva sem lágrimas.³⁸²

Como se pode perceber, patriotismo significava, para ele, criticar os esnobismos, os costumes ridículos; elogiar aqueles que, mesmo nos grandes momentos, não caíam na armadilha de emitir opiniões ditadas por modismos – como a aversão e a antipatia para com os portugueses, ou com a herança cultural portuguesa –, ou pelo simples gosto da contestação. João do Rio fala que há em sua obra “um desejo único na sombra de uma palavra fundamental”. Assim, seu

³⁸² RIO, João do. *Sésamo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917, pp. 154-158.

patriotismo fazia-o amar o Brasil e, naturalmente, amar Portugal. Deixa claro que este sentimento norteava toda a sua carreira e por intermédio dele estabelecera uma espécie de fio condutor, de “liga”, que resumia sua história profissional. Diz ele ainda na conferência publicada em *Sésamo*: “antes de ler a história, antes de ter idade para recordar, eu amei Portugal. Mas devo confessar que foram os portugueses do Brasil e as minhas viagens a Portugal que me ensinaram patriotismo, o orgulho da minha raça e da minha terra”.³⁸³

A título de síntese e de organização das idéias, vale lembrar que a propagação do abraço mental entre as duas nações pelo viés literário impulsionou a criação da *Atlântida*, ainda em 1909, como comprovou a carta de Manuel de Souza Pinto e as cartas de João do Rio a João de Barros, nas quais o cronista carioca se esforçava para conquistar colaboradores entre os literatos brasileiros. Nos discursos proferidos durante e logo após o fim da guerra, João do Rio defendeu não só o estreitamento de laços intelectuais entre o Brasil e Portugal, mas também parcerias comerciais e o fortalecimento militar das duas repúblicas com fins defensivos.

Por sua vez, os discursos de brasileiros e portugueses na *Atlântida* em favor da Confederação Luso-Brasileira também revelaram, ainda que nas entrelinhas, como a nação portuguesa conseguiu, mesmo após a “ressaca” da “autoflagelação nacional veiculada pelos autores da Geração de 70”³⁸⁴, criar bases para a construção do império africano e fortalecer o discurso pan-lusitanista. Em contrapartida, no Brasil, a afirmação de uma nação solidamente independente de Portugal (fato que completaria um século em 1922) dava-se ora pela retaliação ao português no âmbito interno; ora pela propagação, ou negação, do abraço mental e econômico entre o Brasil e Portugal; ora ainda pelo(a) incentivo/crítica à imigração portuguesa como estratégia de ocupação do território e de combate à “desnacionalização” em função da presença, no país, de imigrantes de outras nacionalidades.

Foi possível igualmente averiguar que os depoimentos de portugueses e brasileiros lusófilos se davam em um contexto de afirmação da nacionalidade brasileira e no auge dos imperialismos das nações européias, de Portugal inclusive, dos nacionalismos do mundo ocidental, de guerra mundial, dos

³⁸³ *Idem, ibidem.*

³⁸⁴ RIBEIRO, Margarida Calafate. *Op. cit.*, p. 67.

expansionismos e dos pan-eticismos. Por esse viés, ocupação territorial, unificação lingüística, econômica e cultural eram questões que permeavam as mentes daqueles que apoiavam a aproximação luso-brasileira, pois percebiam o momento histórico mundial como de debate sobre a causa nacional em um contexto internacionalista. Cabe agora, então, após esta breve reflexão, atentar para a idéia de “comunhão”, ou mesmo de uma suposta “comunidade”, que o discurso luso-brasileiro de afinidade entre raça, língua, interesses (econômicos e comerciais) e tradições comuns abordava.

4.7.

A construção da memória histórica baseada na “comunhão”: as intervenções de Malheiro Dias e João de Barros

Inicialmente, na conferência realizada por João do Rio no Recife, nota-se que ele acreditava na idéia de que os brasileiros deveriam agir como “soldados” do patriotismo, a fim de fazer dos “Estados Unidos da América Brasileira” “celeiro” e “fábrica” do continente. Nesse sentido, a ocupação territorial, ou do interior do Brasil, era essencial caso o Brasil pretendesse de fato desenvolver-se e destacar-se como nação americana.

Conforme mostraram as obras de Moreira Telles sobre a emigração, a Lei de Povoamento do Solo, de 1907, não havia atraído um contingente volumoso de portugueses para o interior, pois o pólo de atração do emigrante português continuava sendo a capital do país, onde empregos urbanos eram disputados entre estrangeiros de várias nacionalidades e brasileiros. Sendo assim, eventualmente surgiam propostas para estimular a emigração portuguesa para as extensas faixas de terras do interior do Brasil. Uma delas foi elaborada por Carlos Malheiro Dias, em conferência intitulada “Rumo à terra”, em 1916, publicada pela tipografia do Jornal do Commercio.

Tracemos brevemente um perfil do orador. Carlos Malheiro Dias nasceu no Porto em 1875 e era filho de mãe brasileira e pai português. Monarquista militante, exilou-se no Brasil logo após a Proclamação da República portuguesa, permanecendo no país de 1913 a 1935. Durante a Primeira Guerra tornou-se um expressivo colaborador da Comissão Pró-Pátria, obra de assistência da colônia portuguesa radicada no Brasil aos órfãos de soldados portugueses que atuaram na

guerra. Fundou, no Rio, a revista *Cruzeiro* e foi também diretor da *Revista da Semana*, além de colaborar em inúmeros jornais do Rio e de São Paulo. Jornalista, historiador e romancista, sua obra de maior envergadura foi a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, escrita entre 1921 e 1924, financiada pela colônia portuguesa para celebrar o Centenário da Independência.³⁸⁵ O romance naturalista *A mulata* rendeu-lhe ataques e inimigos na imprensa carioca, eventos que serão aqui abordados. Foi um lúcido combatente do nativismo e, durante quase meio século, nas palavras de Manuela da Azevedo, “o mais atento representante honorário de Portugal no Brasil”.³⁸⁶

A palestra *Rumo à terra*, proferida em 28 de setembro de 1916 no salão nobre do Jornal do Commercio, a convite da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, é um alerta e uma convocação do orador aos ouvintes.³⁸⁷ Formada pela fina flor da colônia portuguesa no Rio e por muitos brasileiros ilustres, a platéia contava com Duarte Leite, embaixador de Portugal; Alberto de Oliveira, cônsul; Miguel Calmon, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Augusto Ramos, secretário da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Filinto de Almeida, presidente em exercício da Academia Brasileira de Letras e Visconde de Moraes, presidente da Comissão Pró-Pátria.³⁸⁸

Na extensa conferência, Malheiro Dias aponta a urgente necessidade de povoamento do interior do Brasil com braços lusitanos, como estratégia de ocupação territorial, tão necessária ao Brasil, e de afirmação da capacidade

³⁸⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madri: Mapfre, 1994, p. 181.

³⁸⁶ AZEVEDO, Manuela de. *Op. cit.*, p. 112.

³⁸⁷ Dias antes da palestra, em 21 de setembro, Malheiro Dias redigiu e enviou a diversas personalidades brasileiras um questionário sobre o tema da cooperação do imigrante rural português na agricultura brasileira. A carta continha três perguntas: “Reconhece V. Exa. a utilidade para o Brasil de encaminhar-se para a cultura do solo o imigrante rural português?”; “Considera V. Exa. que, além dos benefícios resultantes da cooperação desses braços nos trabalhos agrícolas, ela possa concorrer para manter os caracteres fundamentais da raça e fortalecer a resistência étnica à influência de raças de diversa progenitura?”; “Reconhece V. Exa. no agricultor português as qualidades de atividade, de resistência física e de proleferidade essenciais a uma missão de colonização agrícola e de povoamento?”. O questionário foi dirigido ao Secretário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Augusto Ramos; Diretor do Museu Comercial do Rio de Janeiro, Cândido Mendes de Almeida; Diretor do Serviço de Povoamento, Dulfe Pinheiro Machado; Eduardo Torres Cotrim; ex-presidente da República e do Estado de S. Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves; Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, José Bezerra Cavalcanti; presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, João Pereira Lima; Oliveira Lima; ex-Ministro da Viação e 1º vice-presidente em exercício da Sociedade Nacional de Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida; ex-presidente da República e presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha; Ministro da Fazenda, Pandiá Calógeras. DIAS, Carlos Malheiro. *Rumo à terra*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1917, pp. 33-34.

³⁸⁸ DIAS, C. M. *Op. cit.*

agrícola e colonizadora do povo português. Chama a atenção para o fato de a massa emigratória portuguesa fixar-se no litoral do Brasil, apesar de constituída majoritariamente por agricultores. Para atestar suas afirmações, cerca-se de números da imigração do ano de 1911, que comprovam a permanência do português no meio urbano, onde o acolheram ofícios ligados aos afazeres domésticos, no comércio e nas mais variadas profissões assalariadas: “em que aplicaram a sua atividade esses 31.666 colonos portugueses, em sua quase totalidade oriundos dos campos? Nas mil e uma formas auxiliares do comércio, nos trabalhos domésticos, nas profissões assalariadas, encaçados no litoral”.³⁸⁹

Segundo ele, o emigrante português não se infiltrou, aglomerou-se. Daí tornar-se indispensável uma mudança de atitude da parte dos emigrantes, que deveriam ser orientados pelos governos – confirma a tese do jornalista brasileiro Moreira Telles, defendida em 1913 – para cultivar o interior do Brasil. “À colonização do Brasil está adstrito o povoamento. O mesmo não acontece com a colonização da África. A nossa terra africana precisa de nossos capitais e competências. A terra brasileira precisa de nossos braços e energias”.³⁹⁰ Continua Carlos Malheiro Dias:

o problema para nós consiste em aproveitarmos as condições excepcionalmente favoráveis em que podemos agir pela comunidade de língua e de raça, para que a célula imigratória portuguesa adquira o máximo potencial do seu valor intrínseco e extrínseco; e não vejo outro processo senão o de retomarmos o rumo da terra. Se o não fizermos, dentro de um século a colônia portuguesa do Brasil, com o seu florescente comércio, estará condenada ao desaparecimento, como aconteceu à colonização de Santa Catarina, fundada por D. João V, e que foi submersa pela imigração alemã.³⁹¹

Em tom convocatório e de alerta para os ouvintes, Malheiro Dias – indiscutivelmente um intelectual amigo do Brasil e cioso da aproximação fraternal entre as duas repúblicas – não descuidou de ressaltar a importância, para Portugal, da preponderância da colônia portuguesa no Brasil como meio de reforçar a presença lusitana no Novo Mundo, refletida e confirmada na sua maior obra colonizadora. Alerta para o fato de o povoamento estar diretamente relacionado ao crescimento da atividade comercial que, uma vez estabelecida em mãos de elementos de uma mesma nacionalidade e uma mesma raça, influenciava a

³⁸⁹ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 13.

³⁹⁰ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 25.

³⁹¹ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 26-27.

unidade cultural e, por conseguinte, a unidade política e o fortalecimento financeiro. “O consumidor é o nacionalizador do comércio”,³⁹² ressalta. E completa: “O colono alemão criou o comércio alemão. Fenômeno idêntico se deu em S. Paulo. A colonização italiana trouxe como conseqüência a concorrência comercial ao comércio português. Onde a colônia se rarefaz, o comércio português declina”.³⁹³

Vale ressaltar que o discurso luso-brasileiro de Malheiro Dias dá-se pela criação de uma memória histórica baseada na comunhão e na fraternidade, diferentemente da vertente antilusitana que se desenrolava no Brasil, baseada no binômio colonizador/colonizado.³⁹⁴ Essa memória histórica, que já havia estabelecido uma “cronologia do luso-brasilismo”, para repetirmos a expressão de Bettencourt Rodrigues, em Malheiro Dias apelava para “a evocação retrospectiva da obra colonizadora dos portugueses nesta grande nação americana, que nosso sangue progenitor povoou e nossa energia inquebrantável defendeu até nela criarem, como num berço gigante, o povo a quem a doássemos”.³⁹⁵

Malheiro Dias, um defensor da emancipação e do progresso brasileiro, considerava que o Brasil não podia prescindir do concurso de todas as raças (ele refere-se aos povos da Europa) para o povoamento do extenso território. Neste sentido, Portugal deveria dar continuidade à obra iniciada pelos antepassados, retomando a missão de povoar e cultivar o solo brasileiro. Como estímulo ao empreendimento, ressalta o perfil assimilador da raça lusitana, característica que conferia a esta o poder de “digerir” outras raças que entravam no Brasil em grandes levas, como a germânica e a italiana. Em outras palavras, lança mão da analogia com o sistema biológico, como era comum em seu tempo, para justificar suas idéias. “Essencial é que esses sangues entrem no sistema arterial já compostos numa unidade aparentemente homogênea pela supremacia dos caracteres nativos”,³⁹⁶ argumenta.

Malheiro Dias previa que, finda a guerra, a emigração portuguesa para o Brasil retomaria os números alcançados em 1911-12. Dessa forma, Portugal

³⁹² *Idem, ibidem.*

³⁹³ *Idem, ibidem.*

³⁹⁴ ALVES, Jorge Luís dos Santos. *A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a “História da Colonização Portuguesa no Brasil”*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XXVI Reunião, 2006.

³⁹⁵ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 4.

³⁹⁶ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 8.

poderia concorrer em grande escala para a conservação da hegemonia da raça brasileira, auxiliando assim a solucionar o problema étnico – “que é simultaneamente um capital problema político”,³⁹⁷ enfatiza. E alerta: “o português introduziu no Brasil a cultura da cana de açúcar e a do café. Ambas estão hoje em mãos de brasileiros, - o que é natural e justo - auxiliados nos trabalhos agrícolas por braços que não são portugueses, o que é imprudente e perigoso”.³⁹⁸ Estas palavras foram pronunciadas em 1916. Em 1917, ele concederia a Joaquim Leitão uma entrevista, na *Atlântida*, em que retomaria o tom convocatório de “Rumo à terra” dirigido aos portugueses. Nota-se que acreditava que esta era a missão de cada português, além de crer igualmente na importância, para Portugal, da manutenção dos laços de amizade com a pátria americana:

a nossa política tem de obedecer a não cortar o menor fio que nos prenda ao Brasil. O nosso cuidado deve ser acautelar o futuro da Colônia Portuguesa no Brasil preparando emigrações que acompanhem a marcha do Brasil. O Brasil vai lançar-se para o Interior, é chegada a sua hora de minerização, a sua grande hora de industrial, ferroviária, intensamente agrícola e manufatureira. Para não ser arremessada aos mares a Colônia Portuguesa tem de acompanhar a época, ir para a Interior, tomar o seu lugar, não se deixar vencer por outras colonizações. Isso, e velar pela intangibilidade da tradição,³⁹⁹ tal deve ser o nosso programa político. E estreitarmos as nossas amizades.

Imbuído da preocupação patriótica de glorificar Portugal aos olhos dos brasileiros, anos depois, em 1921, como parte dos preparativos para o Centenário da Independência, Malheiro Dias se ocupará, financiado pela colônia portuguesa do Rio, da monumental *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, obra publicada em três volumes, entre 1921 e 1924. Segundo o historiador Jorge Luís dos Santos Alves, a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* é uma obra-monumento em que se celebra o Brasil como construção de Portugal e constrói-se uma imagem de valorização do imigrante português, imagem esta que re-atualiza o empreendimento colonial.

Por essa razão, o elemento privado (o principal patrocinador foi o industrial português radicado no Rio, Albino Souza Cruz) se encarrega de angariar os recursos para a pesquisa, a escrita e a edição da obra, que se tornará um

³⁹⁷ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 24.

³⁹⁸ DIAS, C. M. *Op. cit.*, p. 28.

³⁹⁹ LEITÃO, Joaquim. “Embaixada espiritual – entrevista com Carlos Malheiro Dias”. *Atlântida*, Lisboa, n° 18, pp. 599-603, 15/05/1917.

símbolo da generosidade e do poder das elites portuguesas do Rio de Janeiro.⁴⁰⁰ Para Nelson H. Vieira, Malheiro Dias “estava imaginando o Brasil como uma plataforma, a partir da qual poderia relançar o Portugal do século XVI, sempre a conquistar novos horizontes”⁴⁰¹ e a união luso-brasileira como estratégia por meio da qual “o prestígio de Portugal do passado reinaria na república sul-americana”.⁴⁰²

Neste sentido, a obra opera em um duplo enfoque. “De um lado é fruto de um contexto político-cultural, marcado pela ênfase no discurso sobre a nação e a nacionalidade e, por outro, ela está vinculada em um aspecto desse contexto que é a inserção da memória do luso-brasileirismo na historiografia brasileira”.⁴⁰³ Esse mesmo discurso, como já comentado, selava o talento do Estado português para a colonização e confirmava sua aptidão para construir um império colonial, o que evitava questionamentos sobre sua capacidade para administrar a colônia de Angola. “As diversas contribuições que compõem a HCP ecoam os conflitos políticos que dividiam a sociedade portuguesa no início do século XX”, explica Santos Alves. É o caso do acirramento das tensões sociais ocorridas na Primeira República portuguesa (1910-1926) que levaram a uma sucessão de golpes de estado até a derrubada do regime pelo movimento militar, em 1926.

Contudo, não há dúvidas de que Malheiro Dias era um idealista que sonhava com a aproximação luso-brasileira, pois “sua vida e suas contribuições literárias giraram em redor das culturas dos dois países”,⁴⁰⁴ nos quais morou em situações distintas, por vários anos. Por vezes foi alvo da campanha nativista no Rio, a qual combateu com lucidez, sabendo reduzi-la ao que de fato era: manifestações isoladas de grupos específicos, como também afirmou Arnaldo Saraiva. Um exemplo foi a perseguição sofrida por ter publicado o escandaloso e exitoso *A mulata*,⁴⁰⁵ ainda em 1896, quando era um jovem de 21 anos

⁴⁰⁰ ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Op. cit.*

⁴⁰¹ VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 152.

⁴⁰² *Idem, ibidem*, p. 150.

⁴⁰³ ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Op. cit.* Não me ocupei de uma abordagem mais aprofundada da HCP, visto tratar-se de uma obra de envergadura que exigiria uma análise ampla. Minha intenção é analisar a atuação de Carlos Malheiro Dias pela aproximação luso-brasileira.

⁴⁰⁴ VIEIRA, Nelson H. *Op. cit.*, p. 150.

⁴⁰⁵ Segundo Nelson H. Vieira, trata-se da “história da perdição de amores dum jovem e das suas relações com a amante, uma mulata corrupta. Devido a sua natureza pornográfica, o romance foi um êxito imediato; mas depressa saíria do mercado, retirado pelo próprio autor a pedido de sua mãe, a qual achou a obra escandalosa”. *Idem, ibidem*. Para Alexandre Pinheiro Torres, que

influenciado pelo naturalismo tardio e pelo espírito dos *Vencidos da Vida*. O livro descreve o ambiente carioca de final do século XIX como decadente e “pinta o Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro e seus *bas-fonds*, como uma nova Sodoma. Mas aqui o fato de um escritor português criticá-lo com implicações políticas contra a República”⁴⁰⁶ fez com que, nos anos 20, fosse alvo dos nativistas lusófobos.⁴⁰⁷

Penso que a este sentido de “comunhão” impetrado pelos propagadores da aproximação luso-brasileira alinhavam-se propostas para uma memória histórica do luso-brasileirismo – impregnada de “cronologias” que conferissem um fio condutor às iniciativas em prol da união fraternal entre Portugal e o Brasil. Todavia, as intermitências nas relações entre os dois países, verificadas em propostas e acordos debatidos, mas não implementados, deixa ver que havia de fato boas intenções da parte de muitos homens, aqui já citados, porém não suficientemente contundentes para impregnar os sentimentos gerais em ambos os lados do Atlântico, principalmente no Brasil. Entre os que promoveram com fervor a aproximação, tão acentuadamente como João do Rio e Carlos Malheiro Dias, está o poeta e pedagogo português João de Barros.

Nascido em Figueira da Foz em 1881, João de Barros foi um apaixonado impulsionador do estreitamento das ligações culturais entre Portugal e o Brasil. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ocupou cargos de prestígio no funcionalismo público ligados ao ensino desde os primórdios da República,

prefaciou a edição da obra, em 1975, “a idéia de que a civilização brasileira do século XIX era a de uma nação em decadência não correspondia a qualquer diagnóstico válido. A própria ‘idéia’ de essa decadência ser uma realidade não passava de mais uma tentativa de transplantação de um complexo mental que atacara alguns intelectuais franceses”. Outro grave erro de Malheiro Dias, para ele, foi a de tratar a raça negra como degradada e degeneradora do branco, pela miscigenação. DIAS, C. M. *A mulata*. Pref. Alexandre Pinheiro Torres, do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Cardiff. Lisboa: Arcádia, 1975. Maria Fernanda Abreu também faz uma análise crítica de *A mulata* no ensaio “Mulata e histórica: um retrato brasileiro de Carlos Malheiro Dias”. In: MARGATO, Izabel (Org.). *Figuras da Lusofonia*. Lisboa: Instituto Camões, 2002, pp. 109-117.

⁴⁰⁶ VIEIRA, N. H. *Op. cit.*, p. 150.

⁴⁰⁷ A *Brasiléia*, fomentando o jacobinismo, assim tratou Carlos Malheiro Dias e seu livro *A Mulata*, que voltava à cena anos depois de publicado para justificar perseguições a seu autor, que chegou a ser vaiado por um grupo de jacobinos, entre eles Cândido de Campos e Antônio Torres (segundo consta numa carta de João do Rio a João de Barros incluída no Anexo 3): “O povo do Rio de Janeiro, guiado por alguns intelectuais e jornalistas, vaiou o sr. Malheiro Dias e os amigos que lhe ofereciam um banquete ‘em nome da sociedade brasileira’. Por que? Que tinha feito o sr. Malheiro Dias, além da sua campanha contra o nacionalismo brasileiro? Nada. (...) Ora, era evidente que se homenageava o paladino colonial. (...) Por isso pude ver entre os que perturbaram a sua festa um dos diretores da ‘Brazileia’. (...) Se o atacou foi, justamente, porque S.S. representava mais uma vitória do luso-brasileirismo. Atacando o autor da “Mulata” e os que o cercavam, o que de veras ele atacava era a covardia social que há um século procura atenuar um gesto de nobreza”. *Brasiléia*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 15, junho 1918.

cargos estes que culminaram, em 1924, no de ministro dos Negócios Estrangeiros. Esteve por quatro vezes no Brasil em missões intelectuais.⁴⁰⁸ Segundo Manuela de Azevedo, no prefácio do livro dedicado à correspondência dirigida a João de Barros ao longo de sua vida, “em João de Barros acordam as palavras de amor e admiração que em pequeno ouviu dizer o pai acerca do Brasil”, palavras que o fariam aproximar-se de João do Rio e com ele, por treze anos, “travar a grande e dura campanha da luso-brasilidade”.⁴⁰⁹

Na opinião de Ângela Bonifácio Vítor, a natureza do perfil intelectual e cívico de João de Barros, seu ideal nacionalista e republicano fez com que sua sensibilidade encontrasse eco na sociedade e na literatura brasileiras. “Estavam assim reunidas as condições para um contributo pessoal único na aproximação luso-brasileira que viria a acompanhar durante mais de meio século”.⁴¹⁰ Segundo ela, João de Barros quis mostrar a Portugal o Brasil moderno, pois sentia que a realidade brasileira devia ser motivo de orgulho para os lusitanos d’além mar. Compreendia que era necessário considerar o Brasil como um país irmão, não como a “outra banda”, ou um filho de Portugal e, por isso, seu seguidor.⁴¹¹ Segundo Ângela Vítor, na defesa de uma comunidade intelectual luso-brasileira, João de Barros punha Olavo Bilac ao lado de Guerra Junqueiro, Machado de Assis e Coelho Neto a par de Eça de Queirós e sempre que fazia incursões através dos pensadores do além-Atlântico o seu intuito não era fazer crítica literária, mas falar sobre o Brasil documentando-se nos textos de vários autores brasileiros.⁴¹²

Desde a juventude João de Barros manteve relações epistolares de amizade com escritores brasileiros. No livro em que reúne inúmeras cartas enviadas a ele durante sua vida, Manuela de Azevedo criou uma sessão denominada “Cartas brasileiras”, dedicada aos autores nacionais, entre eles João do Rio. Uma frase do cronista brasileiro dirigida ao amigo português foi selecionada pela autora para abrir esta subdivisão: “Viste o discurso do Epitácio chamando os portugueses compatriotas d’além mar? Tenacidade! Somos nós os autores!”. Manuela de Azevedo assim define a compilação inédita destes documentos: “as cartas que se seguem, subscritas por eminentes personalidades brasileiras, poderão ajudar um

⁴⁰⁸ BOAVIDA, Maria Filomena; FRAZÃO, Fernanda. *Pequeno Dicionário de Autores de Língua Portuguesa*. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1983.

⁴⁰⁹ AZEVEDO, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/ data, p. 6.

⁴¹⁰ VÍTOR, Ângela Bonifácio. *Op. cit.*, p. 43-45.

⁴¹¹ *Idem, ibidem.*

⁴¹² *Idem, ibidem.*

dia a escrever a história das relações luso-brasileiras e até do Brasil, pois constituem depoimentos e testemunhos autênticos de um dramático período político da vida brasileira”.⁴¹³ Nesta seleção, Manuela inclui, além de três cartas de João do Rio (o Espólio de João de Barros reúne 63 do cronista carioca), cartas dirigidas ao poeta por Carlos Malheiro Dias, Manuel de Sousa Pinto, Coelho Neto, Rodrigo Octávio, Oliveira Lima, Graça Aranha, Cândido de Campos, entre outros.

Como já ressaltado, em 1909 João de Barros foi apresentado por intermédio do amigo Manuel de Sousa Pinto a João do Rio, em Lisboa. Naquela ocasião, o cronista brasileiro insistiu para que o poeta português visitasse o Rio de Janeiro, fato que ocorreria somente em 1912. Em conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto, em 25 de março de 1919, publicada em *A aproximação luso-brasileira e a paz*, João de Barros lembra como se deu o seu primeiro contato com aquele que viria a ser um grande amigo de Portugal e parceiro na aproximação luso-brasileira:

em 1908, estando eu em Paris, o meu querido e ilustre amigo Dr. Magalhães Lima perguntou-me se eu desejaria escrever para *La Revue* algumas páginas sobre a literatura portuguesa contemporânea (...). Aceitei o encargo, pelo desejo de propagar e fazer irradiar um pouco o nome do meu país. Nesse tempo, Portugal era bem desconhecido nos estrangeiros, mesmo em França (...). Qual foi, porém, o meu espanto quando, abrindo um dia a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, nela encontro, sob o pseudônimo de Joe, uma referência ao meu artigo, e um protesto, contra o fato, na verdade singular, de ser preciso receber notícias literárias de Portugal por intermédio duma revista francesa! Em meia dúzia de linhas eloqüentes, Joe, que é, em carne e osso, o nosso querido e quase português João do Rio, indignava-se contra essa situação e reclamava, mais uma vez, uma estreita união luso-brasileira. Existia, realmente, uma campanha – por ele e só por ele iniciada – a favor dessa idéia. Em Portugal desconheci-a amá-lo. Pude conhecê-la bem: - e, desde então, comecei a ser partidário dela, com paixão sectarista e ardente.⁴¹⁴

João de Barros ressalta que, anos depois, quando decidiu visitar o Brasil a convite de João do Rio, desembarcara com o desejo de aproximar-se dos homens de letras brasileiros e de conhecer o país. Seu objetivo não era divulgar trabalhos, realizar conferências ou colaborar em periódicos nacionais, como era de praxe nesse período, entre os literatos e jornalistas portugueses (muitos jornais, inclusive, possuíam sessões dedicadas a Portugal). Afirmava que não ia ao Brasil

⁴¹³ AZEVEDO, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/ data, p. 274.

⁴¹⁴ BARROS, João de. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Paris: Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 7-14.

guiado pelo mito do retorno triunfal, ou mesmo em busca da “árvore das patacas”, história que creditava ao país a existência de uma árvore da qual brotavam patacas, moedas antigas de prata, e que fazia do Brasil sinônimo de lugar onde se ganhava dinheiro fácil. Ele mesmo conta essa história:

e um belo dia embarquei para o Brasil. Toda a gente julgou que eu ia fazer fortuna! Poucos acreditavam que eu ia apenas observar o seu progresso, que ia apenas significar aos seus intelectuais que os escritores da minha terra e, sobretudo, os da minha geração, compreendiam a necessidade de se aproximarem deles, de confraternizarem a valer, de fazerem cada vez mais do Brasil a mesma Pátria artística, espiritual e moral... A mesma Pátria, disse, não o mesmo mercado... As pessoas a quem eu comuniquei estas intenções olhavam-me incredulamente. Então nem levava um livrinho para vender? Nem uma assinaturazinha de jornal ou revista para impingir? Horror! Francamente, clamavam, não vale à pena fazer uma viagem tão demorada para não obter nenhuma compensação!... Mas, se eu pensasse em obter qualquer compensação, que maior poderia eu desejar do que esta: - reconhecer, ao desembarcar entre essa exuberante, opulenta, vertiginosa paisagem do Rio de Janeiro, esse mesmo poder de energia criadora.

Este “poder de energia criadora” que observou ao desembarcar no Brasil seria tema de uma conferência realizada no Teatro da República de Lisboa, em 14 de novembro de 1912. A palestra acabou sendo publicada no ano seguinte, em 1913, no livro *A energia brasileira* (posteriormente, foi reeditada na coletânea *Presença do Brasil*, onde foi dedicada à memória de Paulo Barreto). Nela, exalta o Brasil e o que classifica como característica inata da jovem república americana, como substrato psicológico do brasileiro moderno: a energia capaz de realizar sonhos e de vencer obstáculos intransponíveis. “No Brasil triunfa, sem dúvida, quase milagrosamente, a grande força da vida, a capacidade realizadora de todos os sonhos, de todas as quimeras, de todos os impossíveis: a energia”.⁴¹⁵ Desde aquele momento, deixa claro seu encanto pelo Brasil e a amizade por este país que o faria, anos depois, reunir diversos livros, textos, conferências e discursos nos quais o Brasil era o principal assunto, e denominá-los de “campanha luso-brasileira”.

Segundo Ângela Vitor, João de Barros designou como “campanha luso-brasileira” uma série de obras que publicou sobre o Brasil e a aproximação luso-brasileira (esteve no Brasil em 1912, 1920, 1922 e 1937). Ele incluiu nesse conjunto *A energia brasileira* (conferência realizada Teatro de República em 14

⁴¹⁵ BARROS, João de. *A energia brasileira*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1913, pp. 18-21.

de novembro de 1912, publicada em 1913), *Caminho da Atlântida* (1919), *A aproximação luso-brasileira e a paz* (conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto, em 25 de março de 1919, publicada no mesmo ano), *Sentido do Atlântico* (1921), *Heróis portugueses no Brasil* (1922), *Portugal, terra do Atlântico* (1923), *Euclides da Cunha e Olavo Bilac* (conferência realizada no Teatro D. Maria II, em abril de 1923), *Palavras ao Brasil* (1936), *Alma do Brasil* (1937) e *Presença do Brasil* (1946).⁴¹⁶

A título de depoimento, na conferência e posterior livro *A aproximação luso-brasileira e a paz* declara como imaginava realizar esta aproximação: “sob todos os seus aspectos – literários ou econômicos, artísticos ou comerciais”. Segundo ele, tal estreitamento garantiria a continuidade da obra heróica e cívica da raça e da língua portuguesa, “desbravando mundos, cantando epopéias, fundando cidades, abrindo portos, pela vasta superfície da Terra”.⁴¹⁷ Em *Portugal, terra do Atlântico*, discorre sobre a política lusitana no Atlântico Sul, nela incluindo o Brasil, a que chamou, no mesmo livro, como já havia feito na *Atlântida*, de “nova Lusitânia”:

entre os dois se cria enfim a política preconizada por Consiglieri Pedroso: - a política do Atlântico Sul, no qual as duas Pátrias fraternas tantos interesses, materiais e espirituais têm já, e maiores interesses e aspirações podem e devem ter amanhã. Política em que uma e outra, senhoras de litorais imensos – o Brasil no seu próprio território, nós no continente e na África Ocidental – podem alargar a sua esfera de ações, unindo os seus produtos similares na luta comercial, povoando com os seus navios esse mar que geograficamente lhes pertence, e, sobretudo, criando nessa vasta bacia oceânica a nova modalidade da civilização greco-latina que a velha Europa, cansada, talvez já não possa criar, e que eu julgo absolutamente indispensável ao progresso, à harmonia e à beleza do mundo.⁴¹⁸

O sentido de comunhão luso-brasileira que as iniciativas em prol da aproximação no início do século (iniciadas em Portugal por Consiglieri Pedroso) fortaleciam, ganharam expressão nos textos de João de Barros. O escritor apoiou entusiasticamente a aproximação entre o Brasil e Portugal nos quatro aspectos por ele mencionados – literários, econômicos, artísticos, comerciais – e neles empenhou toda uma vida de textos, discursos e contatos pessoais. Sua amizade

⁴¹⁶ VITOR, Ângela Bonifácio. *Op. cit.*

⁴¹⁷ BARROS, João de. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Paris:Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 7-14.

⁴¹⁸ BARROS, João de. *Portugal, terra do Atlântico*. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1923, pp. 174-175.

por João do Rio o fez lutar pela aproximação sem titubear, dedicando a ela não só a revista *Atlântida*, mas também as obras acima mencionadas. Para João de Barros, a política do Atlântico Sul estava implícita nesta proposta, e justificava-se por basear-se em interesses recíprocos, tanto do Estado português como do Brasil, no âmbito da luta comercial e política encenada no palco da nova ordem do mundo ocidental.

Vejamos como exemplo outro discurso de João de Barros, em que ressalta a disseminação da raça lusitana no Ocidente e no Oriente, valorizando o povo que havia criado diversos “Portugais” e, como consequência, pulverizado o espírito europeu nos diversos continentes por ele desbravados: “Portugais que nós tínhamos feito surgir em plagas até então inacessíveis, em terras onde, primeiros entre todos os povos, levamos a doçura da oração cristã, o espírito empreendedor da Europa, a cultura do velho mundo”.⁴¹⁹

Essa política, inúmeras vezes abordada pelo poeta, além de revelar interesses nacionalistas e internacionalistas de Portugal, e também do Brasil, ganhava sustentação com o “lastro” histórico conferido pela capacidade disseminadora e homogeneizadora da raça portuguesa. Esse discurso era impetrado também por brasileiros, como observamos na conferência de Sylvio Romero no Real Gabinete, em 1902. Vale lembrar as palavras de Romero: “tudo quanto for tendente a aproximar o mais possível o português do brasileiro, para atraí-lo a continuar a colaborar na grande nacionalidade que ele criou no Novo Mundo deve ser posto em prática”.⁴²⁰

Vale destacar que em todas estas obras João do Barros foi um eloquente defensor da aproximação luso-brasileira e propagador de uma comunidade intelectual luso-brasileira, como também do papel de João do Rio nessa luta, sobretudo em uma hora na qual o nativismo exacerbava a retaliação à presença portuguesa, principalmente no Rio de Janeiro. Por essa razão, a esta corajosa “campanha”, que teve seus dias mais dolorosos e apaixonados nos anos de 1919, 1920 e 1921 por conta da nacionalização da pesca e da naturalização obrigatória de pescadores, e ao papel de Carlos Malheiro Dias, João de Barros e João do Rio nos episódios que acaloraram os ânimos de portugueses e brasileiros lusófilos e lusófobos, será dedicado o próximo capítulo.

⁴¹⁹ BARROS, João de. *Idem*, p. 172.

⁴²⁰ ROMERO, Sylvio. *Op. cit.*